

**REUNIÃO  
DO  
EXECUTIVO**

**MANDATO 2017-2021  
ATA N.º 17  
DE 31-08-2018**

**ATA N.º 17**  
**Mandato 2017-2021**

**Data da reunião ordinária: 31-08-2018**

**Local da reunião:** Sala das reuniões da Câmara Municipal de Santarém

**Início da reunião:** 15:13 horas

**Términus da reunião:** 17:30 horas

**Resumo diário da tesouraria:** 30/08/2018.....9.326.415,38 €

**Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Presidente:** Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves

**Vereadores:** Rui Pedro de Sousa Barreiro

Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra

José Augusto Alves dos Santos

Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes

Virgínia Maria Ramos Carrondo Mena Esteves

Ricardo Gonçalves dos Santos Rato

Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins

João David Seabra Catela

**Responsável pela elaboração da ata:**

**Nome:** Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

**Cargo:** Coordenadora Técnica

**Faltas justificadas:** Jorge Manuel Fernandes Rodrigues e Sofia Margarida

Antero dos Santos Martinho Pó (justificados nos termos da Lei)

**Faltas por justificar:**

----- **ABERTURA DA ATA** -----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram quinze horas e treze minutos, começando por saudar os eleitos, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins e João David Seabra Catela, presentes nesta reunião, em substituição dos senhores Vereadores Jorge Manuel Fernandes Rodrigues e Sofia Margarida Antero dos Santos Martinho Pó, respetivamente, nos termos dos artigos setenta e oito e setenta e nove da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro.-----

--- A seguir, nos termos do número quatro, do artigo trinta e quatro do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro/dois mil e quinze, de sete de janeiro, perguntou aos senhores Vereadores se já tinham tomado conhecimento da ata da reunião realizada em dois de julho último, oportunamente distribuída e porque todos responderam afirmativamente foi, seguidamente, submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

--- Nos termos do número três do artigo trinta e quatro do mesmo diploma legal, não participou na aprovação da referida ata, os senhores Vereadores Inês Barroso, Cristina Casanova e Virginia Esteves por não terem estado presentes na respetiva reunião.-----

--- Seguidamente, deu início ao “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, verificando-se as seguintes intervenções:-----

--- Senhor **Vereador João Catela** – Questionou sobre o que está a ser feito pela Câmara no canil municipal, tendo em conta a recente legislação relativamente ao abate dos animais, bem como aos problemas de sobrelotação do espaço para cães e gatos. -----

--- Senhora **Vereadora Virginia Esteves** – Informou que o novo ano letivo terá início amanhã e que foi convidada para participar no evento que a Câmara Municipal de Santarém levará a efeito na receção deste novo ano aos professores. O Educa dois mil e dezoito/dois mil e dezanove é uma iniciativa, que felicitou, e que à semelhança de Santarém, se realiza também nos vários concelhos vizinhos, sendo uma prática habitual há muitos anos. Sendo este ano, um ano de concurso, considerou pertinentes as boas

vindas aos professores, bem como, em seu entender, seria importante dar mais a conhecer não só de Santarém, mas de todo o concelho. -----

--- No que diz respeito ao arranque do novo ano letivo, questionou como irão funcionar as atividades extracurriculares do primeiro ciclo, quais as ofertas deste ano letivo e se serão asseguradas pelos agrupamentos, escolas ou por empresas privadas. -----

--- Perguntou relativamente às escolas que foram alvo de algumas obras, se essas mesmas obras já estão concluídas para que o novo ano se inicie da melhor forma. -----

--- Relativamente aos assistentes operacionais quis saber se está tudo preparado e se as escolas irão abrir com o número suficiente destes trabalhadores. -----

--- Solicitou ainda informação sobre os pavilhões desportivos do Agrupamento de Escolas Dom Afonso Henriques, nomeadamente Alcanede e Pernes. Relembrou que esta situação se arrasta há muitos anos, penalizando os alunos das duas escolas, em relação aos alunos dos outros três agrupamentos. Questionou se esta situação estará agendada para que a Câmara Municipal de Santarém no início do próximo ano letivo tenha estes pavilhões a funcionar. -----

--- Senhor **Vereador José Augusto** – Reportou-se à questão do Museu de São João de Alporão e à visita que ontem se verificou, em que a senhora Vereadora Inês Barroso esteve presente, congratulando-se por algo estar a ser feito. Apelou para que numa próxima visita, os Vereadores do PS - Partido Socialista sejam também convidados, uma vez que, pessoalmente, tem interesse em ver o estado em que o Museu se encontra e inteirar-se da real situação.-----

--- Senhor **Vereador Rui Barreiro** – Lembrou que já passaram quatro anos sobre o encerramento da estrada nacional cento e catorze continuando a causar transtornos aos utilizadores habituais, não só na Ribeira de Santarém, mas também aqueles que diariamente se tem de deslocar para a outra margem do rio Tejo, com desvantagens várias e prejuízos enormes para a atividade comercial em Santarém. -----

--- Por este motivo, para além de lamentar esta demora, que é quase semelhante ao tempo que durou a construir a ponte Salgueiro Maia, lamentou ainda que estejam com atrasos, questionando para quando se prevê a resolução definitiva deste problema que

afeta a circulação automóvel entre Santarém e o sul do distrito. -----

--- Senhor **Vereador Nuno Serra** – Mencionou que a sua intervenção vem no seguimento daquilo que o Executivo considerou como uma das prioridades quando tomou posse, que foi tornar Santarém como uma referência no setor agroalimentar. -----

--- Santarém tem um conjunto de facilidades que são intrínsecas a esse setor e acima de tudo são uma referência em Santarém, como é o caso da Feira Nacional de Agricultura e do Festival Nacional de Gastronomia. -----

--- A aposta deste executivo é chegar ao mundo rural e seus empresários, de forma a dar a conhecer não só o que já cá existe, mas também para que se possa vir a captar mais esse tipo de empresariado. -----

--- Nesse sentido, e no âmbito dos três pilares que são “o viver em Santarém, o investir em Santarém e visitar Santarém”, informou que o Município, irá ter este ano, um stand na AgroGlobal que é uma feira para empresários nesta área, onde as pessoas poderão perceber aquilo que é uma oportunidade de criarem e operarem as suas empresas neste concelho, bem como dar uma oportunidade àquelas empresas que já operam no concelho, de aí terem uma amostra. -----

--- Deixou um convite para todas as empresas que ali queiram estar presentes e a todos os que por ali passem para visitarem o stand da Câmara Municipal de Santarém bem como divulgarem as potencialidades do nosso concelho para este mundo rural. -----

--- Senhora **Vereadora Inês Barroso** – **Um** - No âmbito do pelouro da Educação deu as boas vindas a todos os colegas que ficaram colocados em Santarém e desejou a toda a comunidade educativa, que seja mais um ano de sucesso escolar em prol da educação de todas as nossas crianças e jovens do concelho. Manifestou a disponibilidade de todo o executivo e da autarquia para continuar a trabalhar em rede com os agrupamentos de escolas, escolas profissionais, escolas privadas, IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social e todas as entidades que detêm esta responsabilidade da educação no concelho. -----

--- **Dois** - Relativamente à Educação e respondendo a algumas das questões colocadas anteriormente, informou que no próximo dia seis, pelas quinze horas, no Convento de

São Francisco, o Município irá organizar um Encontro de Professores do Concelho denominado Santarém Educa. Trata-se de um encontro que já tem sido feito em anos anteriores, mas que este ano assume um carácter também de ação de formação de curta duração, onde os professores que a frequentem poderão ficar com unidades de crédito, que lhe permitirão a progressão na carreira e ficar com esse registo no seu currículo. ----

--- Referiu que este ano, Santarém Educa tem, como referiu, uma primeira parte de ação de formação onde irá ser abordado quer o Plano Estratégico e Educativo do Concelho de Santarém, documento esse já aprovado em Assembleia Municipal, quer ainda o Plano Integrado e Inovador de Promoção de Combate ao Insucesso Escolar ou, como prefere denominar, de Promoção do Sucesso Educativo. São dois documentos que irão ser articulados com todos os estabelecimentos de escola pública para serem colocados em ação, operacionalizando algumas medidas que vão ao encontro dos programas educativos dos agrupamentos escolares. São ferramentas que são disponibilizadas a todas as escolas públicas para que os projetos educativos possam ser ainda mais potenciados e valorizados. -----

--- Em resposta à questão de como funcionam as *atividades extracurriculares* disse que são responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas e não do Município. Informou que este ano os quatro agrupamentos têm a mesma empresa, a Associação “Tempos Brilhantes”, que tem regalias de uma IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social, que irá assegurar essa valência em todas as escolas do primeiro ciclo e a quem foi pedido que desse primazia às entidades do concelho no processo de contrato dos técnicos. -----

--- No que concerne às *obras em escolas*, informou que se encontram a decorrer na Várzea e na Portela das Padeiras, sendo que, nesta última, se irão prolongar no primeiro período de aulas, por se tratar da ampliação da escola. Indicou ainda que outras pequenas intervenções foram sendo feitas ao longo das férias escolares-----

--- Em relação aos *assistentes operacionais*, informou que na próxima semana entrarão mais trinta novos funcionários no Município no âmbito do Programa de Regularização dos Vínculos Precários na Administração Pública. Recordou que este ano houve um

reforço no quadro de pessoal do Município de mais cinquenta e cinco assistentes operacionais para dar resposta às necessidades das escolas no nosso concelho. -----

--- **Três** – Deu conhecimento que amanhã irão decorrer três iniciativas, que merecem a atenção particular deste Executivo. -----

--- Uma delas é uma nova ação no âmbito do projeto “**Reabilitar Troço a troço**”, na freguesia de Alcanhões que decorrerá a partir das nove horas. Trata-se da primeira ação de conservação que é feita nesta localidade. Não se trata da limpeza de uma linha de água ou das bermas do rio, mas sim de toda a estrutura arbórea que completa esta linha de água, nomeadamente os salgueiros, no sentido de fazer alguns arranjos relativamente à intervenção que já foi feita há dois anos atrás. -----

--- Ainda no dia de amanhã e a partir das nove horas e trinta minutos e com início nas Portas do Sol, irá decorrer a primeira **visita guiada**, no âmbito do Programa In.Santarém, subordinada ao tema “**trezentos e sessenta graus na Alcáçova**”, que será acompanhada por uma técnica do Município e que durante duas horas percorrerá a zona nobre da cidade. -----

--- Amanhã também terá início o evento Pictor.In, no âmbito da programação do In.Santarém, com a receção no Salão Nobre dos treze artistas oriundos da Dinamarca, Inglaterra, França, Polónia, Nigéria e Portugal que nos visitam, de um a dez de setembro e irão estar a trabalhar, a ver e recriar no Centro Histórico.-----

--- **Quatro** – Informou que no dia três do próximo mês, às vinte e uma horas e trinta minutos, haverá a inauguração da exposição de artes plásticas “As pedras são silenciosas” na Rua Serpa Pinto entre os números trinta e cinco e sessenta, onde as pedras da rua irão ser pintadas por estes artistas. Convidou todos a estarem presentes nesta iniciativa que este ano é uma novidade no In.Santarém. -----

--- **Cinco** – Sublinhou que o *canil Municipal*, tem muitos imensos animais, sublinhando que nesta altura do ano há muitas pessoas que vão de férias e continuam, infelizmente, a abandonar os seus animais, havendo por isso um incremento de comunicações ao Município de casos de matilhas de cães espalhados pelo concelho. -----

--- Recordou que já foi divulgado que o Município de Santarém conjuntamente com a

CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo está a desenvolver a criação de um projeto de um canil intermunicipal para dar resposta também às necessidades de outros municípios, prevendo-se que o mesmo possa ter capacidade para trezentos cães, contrapondo à capacidade do atual canil Municipal para setenta e cinco animais e ao protocolo estabelecido com a ASPA para assegurar a recolha de mais alguns animais.

--- Disse que se trata de uma obra com fundos comunitários esperando que a mesma decorra com a celeridade possível. -----

--- No que se refere ao abate animais, declarou que nunca foi feito e assim continuará. --

--- **Seis** – Em relação ao **Museu São João do Alporão** disse tratar-se de um espaço magnânimo e que o Executivo pretende reabrir com brevidade. Informou que esteve neste espaço acompanhada de um especialista na área, no sentido de verificar a possibilidade de abrir portas ao público até ao final deste ano, ficando a restante reabilitação a ser feita faseadamente. Disse ainda que se encontra disponível para quando os senhores Vereadores do PS - Partido Socialista pretenderem visitar aquele espaço.----

--- **Senhor Presidente – Um** - Referiu que uma das problemáticas do Museu São João de Alporão está relacionada com a pedra. O Município de Santarém tem vindo a trabalhar com a Direção Geral do Património Cultural neste monumento. Referiu que o último trabalho que está a ser contratado a pedido da Direção Geral do Património Cultural, é um estudo fotogramétrico havendo a recomendação desta entidade de ser colocada uma rede no teto, como forma de prevenir a queda de pedras. Está ainda previsto que os órgãos de drenagem da zona envolvente do museu sejam revistos bem como a cobertura, de forma a minimizar e ultrapassar a questão das infiltrações. -----

--- Relembrou que o Município de Santarém tem cerca de seiscentos mil euros para intervenção, até dois mil e vinte e um, no Museu São João de Alporão. -----

--- **Dois** – Relativamente aos pavilhões desportivos, informou que o projeto do pavilhão desportivo de Alcanede já está a ser ultimado, esperando trazer a reunião do Executivo, em novembro, o processo de abertura de concurso, para que se possa ter este equipamento a funcionar no início do ano letivo do próximo ano. Está também já a ser trabalhado o processo do pavilhão desportivo de Pernes para o ano letivo de dois mil e

vinte/dois mil e vinte e um. -----

--- **Três** – Sobre a *estrada nacional cento e catorze* referiu que efetivamente se está há quinze meses em obra, mas que, no final do próximo mês, espera que seja entregue à Infraestruturas de Portugal, a decisão de abrir a estrada ou não. Recordou que a estrada não é do Município de Santarém, conforme já referiu várias vezes, pelo que o ónus da decisão compete à Infraestruturas de Portugal. -----

--- **Quatro** – Reforçou o convite do senhor Vereador Nuno Serra para visitarem a AgroGlobal, no concelho do Cartaxo, onde o Município tem um stand. É importante o que ali está a ser realizado e também para potenciar o nosso Agrocluster, sendo uma feira profissional muito visitada. -----

--- Declarou que, relativamente aquilo que é o Centro de Excelência para a Agricultura e Agroindústria, na Fonte Boa, que é do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV), e para o qual estão previstos fundos Comunitários, o Município de Santarém irá assumir uma parte daquilo que é a comparticipação nacional, por considerar que é um projeto estruturante para o concelho que irá revitalizar uma zona muito importante da agricultura e que não tem dúvidas que será um centro de excelência para a agricultura do país. -----

--- **Cinco** – Na área da educação, convidou todos os professores para participarem no Encontro que se realiza no próximo dia seis de setembro. Aproveitou para complementar a informação prestada pela senhora Vereadora no que diz respeito à integração de trabalhadores precários para esta área. Disse ainda ser favorável à delegação de competências, mas ficou desiludido com o Diploma por considerar que o mesmo não é uma delegação competências, mas sim tornar os municípios tarefeiros do Estado. Realçou que o Município de Santarém na área da educação já tem grande parte das competências havendo toda a possibilidade de ir crescendo. -----

--- Senhora **Vereadora Virginia Esteves** – Uma vez que as atividades extracurriculares são da responsabilidade de alguns municípios, questionou que vantagem existe para o Município de Santarém em não assegurar estas atividades e serem os agrupamentos de escolas e esta empresa a fazê-lo. -----

--- Senhor **Vereador João Catela** – Ainda a propósito da sua anterior intervenção, no que diz respeito ao canil Municipal, perguntou, no âmbito da esterilização dos animais, que incentivos têm sido aproveitados ou que a Câmara possa dar e o que tem pensado, para controlo de populações e/ou pragas, uma vez que são também casos de saúde pública. -----

--- Senhor **Vereador José Augusto** – Sugeriu que no final da próxima reunião do dia dezassete de setembro, se realize uma visita ao Museu São João de Alporão. -----

--- Senhor **Vereador Rui Barreiro** – **Um** - Relativamente à questão das Atividades Extracurriculares disse que são a forma das associações locais terem uma fonte de receita suplementar e de darem apoio aos agrupamentos escolares, acabando por reforçar um período difícil. Apesar de ter sido dado um incentivo, esta empresa e/ou IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social é da região centro do país e obviamente parte dos montantes financeiros alocados a este serviço, não ficam, como ficavam até aqui, no concelho de Santarém. Há alguma deslocalização, pelo que tem alguma dificuldade em entender a vantagem para o Município. -----

--- **Dois** – Em relação ao muro do jardim da Câmara Municipal de Santarém e à intervenção a que o mesmo foi sujeito, perguntou se foi uma intervenção “cosmética” ou se foi tratada a questão que durante anos impediu o estacionamento junto ao local, ou se podiam ter ali estacionado.-----

--- **Três** – Quanto à estrada nacional cento e catorze, disse ter percebido da intervenção do senhor Presidente que considera que o Governo é que é culpado pelo atraso verificado. Em sua opinião o Governo não tem culpa do atraso de quatro anos, uma vez que quer o anterior quer este Governo, terão cumprido aquilo que são as suas obrigações relativamente a esta matéria. -----

--- **Quatro** – No que se refere à AgroGlobal congratulou-se com a presença do Município de Santarém nesta iniciativa, que considera de muito interesse, tendo até Scalabitanos na sua origem, pelo que faz todo o sentido que, tendo o Município de Santarém um pilar no setor primário, esteja bem representado num certame, que apesar de ser num Município vizinho, tem a vantagem de ser na zona envolvente. Este certame

nos últimos anos tem vindo a crescer em número de visitantes e expositores, com qualidade. Tem as maiores empresas ligadas ao setor primário e até algumas da área financeira que ali se envolvem e, portanto, faz todo o sentido que haja desenvolvimento, ficando satisfeito que o Município de Santarém esteja presente e possa vir a beneficiar também dessa divulgação. -----

--- Referiu ainda ser importante que a atividade primária seja apoiada e incentivada no concelho. -----

--- Disse também que é uma boa notícia o Município apressar a questão do AgroCluster na Fonte Boa. Os montantes financeiros que poderiam ir para aquele espaço têm vindo a ser atrasados, pelo que estranha que o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV) que foi um dos promotores e subscritores do Acordo de Parceria, venha agora invocar que não tem meios financeiros para a comparticipação, ao que o **senhor Presidente** contrapôs dizendo que não tinha sido nesse o contexto a sua intervenção. -----

--- **Cinco** – Relativamente ao Museu São João de Alporão, referiu que já há algum tempo que os eleitos do PS - Partido Socialista consideram que existem soluções que podiam ter permitido abrir mais cedo este Museu. Ficam satisfeitos por agora, aparentemente, ter sido encontrada uma solução que vai permitir que o único Museu Municipal funcione e que é muito procurado e que está encerrado quase há oito anos, possa vir num curto prazo a ser aberto ao público. -----

--- Aproveitou para sugerir que seja recomendado aos agrupamentos de escolas que nalgumas visitas técnico-científicas utilizem a mais-valia que é viver em Santarém porque desde o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC) até à cidade de Santarém, há um conjunto múltiplo de atividades, de biologia à geologia até à história e arqueologia, que muitas vezes não são devidamente aproveitadas com vantagens várias, como é o caso da financeira, que não obriga a deslocar para outros concelhos, quando aqui existe tanta coisa no concelho que não é do conhecimento da população. -----

--- **Seis** – Manifestou a sua preocupação relativamente ao Convento de São Francisco, referindo que, uma vez que virão técnicos visitar o Museu São João de Alporão, seria

bom que visitassem também este convento. É um monumento que não foi acabado e que tem servido, nestes últimos tempos, como sala de espetáculos e eventos, mas tem alguns problemas na sua cobertura e estrutura, nomeadamente nas pedras e noutras áreas. Daí considerar que faz todo o sentido haver uma preocupação Municipal de ser efetuada uma vistoria técnica, de forma a que haja investimento para que se possa concluir o restauro com qualidade.-----

--- **Senhor Presidente** – Informou que, a exemplo de outros, o Município apresentou uma candidatura no montante de cinquenta mil euros para a questão da esterilização dos animais. -----

--- Sobre a questão das *Atividades Extracurriculares*, declarou que quem faz esse serviço são os agrupamentos de escolas. O Município já desde dois mil e dez/dois mil e onze, deixou de o fazer, por decisão unanime, na sequência de uma reunião que houve na altura com os agrupamentos, em que foi decidido que estes fariam melhor essa gestão. -

--- Sabe que esta situação tem trazido dificuldades e constrangimentos aos agrupamentos, porque o Estado é mau pagador. -----

--- As atividades do pré-escolar são feitas por entidades da região. -----

--- Relativamente à questão do *muro do jardim da Câmara Municipal de Santarém* a situação tinha a ver com uma questão de carga devido às árvores ali existentes. Foi feito um grande corte de árvores no local e verificada a drenagem, encontrando-se de novo em condições e permitindo a utilização do estacionamento. -----

--- Em relação à *estrada nacional cento e catorze* e à empreitada do Plano Global de Estabilização das Encostas de Santarém teve ontem conhecimento que a muralha junto ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), vai ser desmontada à mão, cumprindo as diretrizes da Direção Geral do Património Cultural na preservação do património. -----

--- Salientou não ter dito que a culpa foi do Governo, mas o Município de Santarém andou bastante tempo para ter o Protocolo, depois o concurso público que demorou quase um ano e posteriormente o Tribunal de Contas que demorou também mais um ano para se pronunciar. Recordou que a Câmara Municipal assumiu na totalidade a sua despesa, porque as fontes de financiamento, uma delas, não estava segura. O Tribunal de

Contas não dava o Visto aos quatrocentos e cinquenta mil euros que a Infraestruturas de Portugal teria de dar ao Município, o que só veio a acontecer há cerca de dois meses e meio. Se o Município tivesse mantido a primeira versão estaria agora a consignar a obra o que faria com que a estrada em vez estar encerrada quatro anos, estivesse seis anos. Existem questões legais que o Município não pode ultrapassar. -----

--- A **AgroGlobal** é, do ponto de vista da agricultura, a maior feira profissional da Península Ibérica. -----

--- Em relação à questão da **Fonte Boa** disse que, desde sempre, o Município assumiu querer estar neste projeto, prevendo-se que haja Fundos a que se podem candidatar. Pretende que Santarém seja o terceiro Município a ter protocolo com o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV) porque considera que um Centro de Excelência é muito importante para a fixação de pessoas no concelho e algo diferenciador. -----

--- No que concerne ao **Museu São João de Alporão e ao Convento de São Francisco** declarou existir um processo há muitos anos, acompanhado por técnicos do Município e pela Direção Geral do Património Cultural. Independentemente dos especialistas e pareceres que existam o parecer da Direção Geral do Património Cultural é vinculativo e ao qual a Câmara Municipal tem de se remeter. Recordou que já vieram especialistas da Direção Geral do Património Cultural que estavam a estudar pedra no Médio Oriente, estudar a pedra do São João de Alporão. -----

--- Em relação ao Convento de São Francisco em dois mil e nove disse que os técnicos da Direção Geral do Património Cultural e do LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, se deslocaram ao local, estando a obra de acordo com o que foi exigido. A obra que foi feita nos anos sessenta está lá, tendo havido um reforço estrutural em dois mil e nove que permitiu naquela altura a abertura daquele espaço. -----

--- Senhora **Vereadora Inês Barroso** – **Um** - Em resposta à questão colocada pela senhora Vereadora Virginia Esteves no que se refere às Atividades Extracurriculares do primeiro ciclo e AEFS – Atividades extracurriculares do ensino pré-escolar esclareceu que, nas primeiras, são os agrupamentos que fazem a gestão. A vantagem dessa gestão

não é propriamente para o Município, mas sim para os agrupamentos de escolas, dado que a gestão se torna mais fácil, mais célere e mais ágil. Por esse motivo, o Município lhes atribuí esta autonomia. -----

--- Aquilo que o Município de Santarém tem desenvolvido e continua a desenvolver são as AEFS – Atividades extracurriculares do ensino pré-escolar. Aqui, as atividades de animação e apoio à família são da responsabilidade do Município. A questão do envolvimento das associações do concelho nesta valência, foi já no Executivo de dois mil e dezasseis/dois mil e dezassete. No entanto, este ano e pela primeira vez, teve de ser lançado um procedimento de concurso público para dar resposta a todas as necessidades. Isto porque o valor das despesas inerentes a estas atividades, não permitiriam ao Município fazê-lo de outra forma. -----

--- No que concerne à questão colocada pelo senhor Vereador João Catela, no âmbito da esterilização de animais informou que a Câmara Municipal de Santarém concorreu e inscreveu-se numa candidatura de apoio aos municípios, no montante de cinquenta mil euros, que obriga a serem feitas no mínimo vinte e cinco esterilizações/mês, quantidade que tem sido superada, para que, após o envio dos respetivos comprovativos, a Câmara seja ressarcida da comparticipação enquanto durar esta verba. -----

--- Relativamente ao tema das escolas conhecerem o concelho salientou estarem todos em sintonia, razão pela qual reforçou o convite de estarem todos no Santarém Educa porque o Plano Estratégico aponta precisamente nesse sentido bem como o Plano de Promoção do Sucesso Educativo. -----

--- Em relação ao Museu São João de Alporão, informou que o Município teve ontem a visita do vencedor do Prémio Nacional de Restauro em que, para além da visita a este Museu também foi feita a visita ao Convento de São Francisco, no sentido de começar a olhar para aquele espaço e verificar o que poderá faseadamente ser feito.-----

--- Aproveitou para informar que no dia treze de setembro, o Município receberá a visita de especialistas da Direção Geral do Património Cultural para visitarem o Museu, com vista a uma análise conjunta do que irá ser feito. Salientou que o encerramento, há tantos anos, quer do Museu São João de Alporão quer seja da estrada nacional cento e catorze,

se deve à preocupação do Executivo, enquanto responsáveis neste concelho, com a segurança das pessoas. Enquanto alguns dos especialistas não garantirem que não haverá perigo na abertura do Museu ao público o mesmo manter-se-á encerrado. -----

--- **Dois** – Deu as boas vindas e desejou uma excelente época desportiva a todo o associativismo do concelho e que a época dois mil e dezoito/dois mil e dezanove seja plena de qualidade desportiva, sobretudo na formação e que surjam os resultados que os clubes ambicionam e o concelho protagoniza. -----

--- Findo o período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”:-----

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **DIVERSOS**-----

--- De **MARIA DE FÁTIMA DA CONCEIÇÃO DAS NEVES**, solicitando alteração à licença de loteamento (simplificado), alvará número zero quatro/dois mil e quatro, na Rua Maria Isabel Queijeiro, número um – ex lote vinte e três, na União das Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “Pretende o requerente construir uma moradia unifamiliar, anexo e muro de vedação, no lote número vinte e três, da Urbanização sita no Casal do Pombo, Portela das Padeiras, da União de Freguesias desta cidade, registado em nome de Construções Caréu, Limitada, com alvará número zero quatro/dois mil e quatro. -----

--- Da análise à proposta do requerente, verifica-se o seguinte: -----

--- **I. Conformidade com o Alvará de loteamento**-----

designação	un.	observações	admissível	proposta
construção principal - lote 23				
utilização			habitação	habitação
área de implantação	m <sup>2</sup>	a)	144.00	148,30
área de construção	m <sup>2</sup>		288.00	148,30
afastamento anterior	m		8.00	8.00
afastamentos laterais	m		3.00 / 9.72	3.00 / 9.72
afastamento posterior	m	b)	-----	-----
fogos	un.		1	1
Pisos	un.		2+cave	2+cave
Cércea	m		a)	a)

**ATA N.º 17**  
**Mandato 2017-2021**  
**Reunião de 31 de agosto de 2018**

cota de soleira	m	aceitável	107,12	106,82
localização do estacionamento			cave	cave
n.º de lugares de estacionamento	lug.		2	2
construção anexa				
utilização		aceitável	omisso	trat. roupa
localização		b)	----	----
área de implantação	m²		58,63	58,52
pisos	un.		1	1
muro de vedação				
afastamento ao eixo da via	m	b)	----	----
altura confinante com a via	m		0,80+0,40	0,80+0,40

--- **a)** área enquadrada no número oito do artigo vinte e sete do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE; -----

--- **b)** de acordo com a planta de síntese. -----

--- A proposta apresentada pela requerente apresenta um excedente na área de implantação de cerca de quatro virgula trinta metros quadrados, em relação ao aprovado no alvará de loteamento. -----

--- De acordo com o número oito do artigo vinte e sete do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, admite-se uma variação nas áreas de implantação e de construção de três por cento, desde que se observem os parâmetros urbanísticos ou utilizações constantes de plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território, são aprovadas por simples deliberação da Câmara Municipal, com dispensa de quaisquer outras formalidades, sem prejuízo das demais disposições legais.-----

--- Da consulta ao loteamento, verifica-se que não foi realizada qualquer alteração ao mesmo mantendo-se na presente data as áreas aprovadas inicialmente. -----

--- **II.** Conformidade com o Decreto-Lei número cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto.-----

--- Relativamente ao Decreto-Lei número cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto, foi apresentado um plano de acessibilidades que demonstra o cumprimento da referida Lei. -----

--- **III.** Pareceres/Entidades a consultar-----

--- Foi apresentada a ficha de segurança contra incêndios, a qual carece de parecer dos Bombeiros Municipais. Deverá ser solicitado o parecer dos Bombeiros Municipais,

referente à ficha de segurança contra incêndios.-----

--- **IV. Conclusão** -----

--- A presente proposta poderá reunir condições de deferimento condicionado ao parecer favorável dos Bombeiros Municipais.-----

--- Face ao excedente de área referido no ponto I da presente informação, a aprovação deste projeto está sujeita a deliberação desta Câmara Municipal, em conformidade com o número oito do artigo vinte e sete do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.” -----

--- Ainda pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: -----

--- “Na informação anterior deste serviço, emitida em oito de junho de dois mil e dezoito, foi referido que *“a presente proposta poderá reunir condições de deferimento condicionado ao parecer favorável dos Bombeiros Municipais.”* -----

--- Verificando-se que o parecer dos Bombeiros Municipais já foi emitido e sendo o mesmo favorável, sugere-se a aprovação do presente projeto de arquitetura. -----

--- Face ao excedente de área referido no ponto I da informação anterior, a aprovação deste projeto está sujeita a deliberação desta Câmara Municipal, em conformidade com o número oito do artigo vinte e sete do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.” -----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “**Um** - Concorde. Deverá remeter-se a deliberação camarária, proposta de deferimento do pedido de alteração à licença de loteamento (simplificado), nos termos do número oito do artigo vinte e sete do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze de nove de setembro, com justificação e enquadramento preconizados nas informações técnicas. -----

--- **Dois** - Depois do procedimento acima referido, considera-se que pode ser deferido pelo titular do pelouro, o projeto de arquitetura, de acordo com a última informação

técnica e nos termos do número um do artigo vinte do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze de nove de setembro. -----

--- O licenciamento final, fica condicionado à apresentação e aprovação dos projetos das especialidades constantes no número dezasseis, do anexo **I** da Portaria número cento e treze/dois mil e quinze de vinte e dois de abril.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de alteração à licença de loteamento (simplificado), nos termos do número oito do artigo vinte e sete do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze de nove de setembro, sita na Rua Maria Isabel Queijeiro, número um – ex lote vinte e três, União de Freguesias da Cidade de Santarém, de acordo com as informações técnicas emitidas. -----

--- **INFORMAÇÕES PRÉVIAS**-----

--- De **FIDELIDADE PROPERTY EUROPE, S.A.** -----

--- **Um)** Autorização do **cancelamento do ónus** no registo que limita o destino do terreno, em Encostas da Carmona, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município.-----

--- **Dois)** Pedido de informação prévia para construção de edificação/instalação de um equipamento de saúde/hospital privado, em Encostas da Carmona, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, deste Município. -----

--- Sobre este assunto foi presente um **Parecer Jurídico**, solicitado pelo Município de Santarém, no sentido de aferir, de forma objetiva e à luz dos mais estritos cânones de legalidade, da possibilidade de afetação jurídica, por via da prática de ato administrativo de gestão urbanística, de uma determinada parcela de terreno à construção de uma unidade hospitalar e eventual deferimento de pedido de informação prévia para construção da referida unidade de saúde. -----

--- Este Parecer, após análise aprofundada da questão, apresenta as seguintes conclusões:-----

- *i.) O Município de Santarém poderá, à partida e a todo o tempo, promover a correção material da Planta de Ordenamento do respetivo PDM, removendo o “T” apostado na área de inserção do terreno considerado; -----*
- *ii.) Com efeito, enquanto elementos integrantes daquele instrumento de gestão territorial, o Regulamento e a Planta de Ordenamento devem estar em sintonia; -----*
- *iii.) Contudo, no caso concreto, o Anexo II do Regulamento do PDM prevê a compatibilidade dos usos habitação unifamiliar, serviços; turismo, recreio e lazer; comércio tradicional; infraestruturas, agricultura e floresta e equipamentos coletivos com a categoria de solo urbano – espaços verdes de enquadramento, enquanto a planta de ordenamento restringe os usos compatíveis ao uso turístico;-----*
- *iv.) Ora, em conformidade com o princípio da prevalência das peças escritas sobre as peças desenhadas que aparenta resultar de uma interpretação literal do disposto no artigo décimo, número um, do Decreto-Lei número sessenta e nove/noventa, de dois de março, na versão do Decreto-Lei número duzentos e onze/noventa e dois, de oito de outubro, ao abrigo do qual foi elaborado e aprovado o PDM de Santarém, deve entender-se que os usos compatíveis com a categoria espaço urbano – espaços verdes de enquadramento são, não só, o uso de turismo, recreio e lazer, mas, também, os usos habitação unifamiliar, serviços, comércio tradicional, infraestruturas, agricultura e floresta e equipamentos coletivos;-----*
- *v.) Esta via interpretativa permite assegurar a compatibilidade entre o Regulamento do PDM e a respetiva carta de ordenamento, conforme pressuposto legal da sua aprovação e, bem assim, a **possibilidade de aprovação da construção de uma unidade hospitalar** (equipamento coletivo) para o terreno sub iudice (contando, evidentemente, que sejam cumpridos os demais parâmetros urbanísticos aplicáveis); -----*
- *vi.) A prática de um ato de gestão urbanística favorável à construção do hospital deve, todavia, levar-nos a questionar a legalidade da deliberação camarária de sete de outubro de mil novecentos e noventa e nove, de sentido contrário; -----*
- *vii.) Entendemos, não obstante, que, tendo em conta o lapso temporal decorrido desde a publicitação da mesma até à presente data, a referida deliberação, a ser*

*hipoteticamente inválida, encontra-se a salvo de uma eventual impugnação judicial; ----*

*--- viii.) Por seu turno, impende sobre os órgãos municipais o dever de decidir (expressa ou tacitamente) o pedido de informação prévia recebido; -----*

*--- ix.) Ora, uma informação prévia consubstancia um ato prévio a um ato de licenciamento ou de admissão de comunicação prévia, pelo que o respetivo regime de invalidada é o mesmo que vigora para estes atos de controlo; -----*

*--- x.) De resto, quer a ausência de fundamentação de um eventual ato de indeferimento, quer a contrariedade dessa fundamentação negativa com as normas aplicáveis (designadamente, com as prescrições urbanísticas que regulem um posterior ato de licenciamento ou de admissão de comunicação prévia) podem ser sindicados junto dos tribunais administrativos por qualquer interessado; -----*

*--- xi.) Assim sendo e, designadamente, dentro dos prazos legalmente previstos para o efeito, um ato de informação prévia desfavorável à construção da referida unidade de saúde pode ser objeto de impugnação judicial com vista à declaração da respetiva nulidade/anulação, em cumulação com o pedido de condenação do Município ao restabelecimento da situação que existiria se o ato não tivesse sido praticado; -----*

*--- xii.) A declaração de nulidade/anulação do ato de indeferimento do PIP será tanto mais provável, quanto menor for o suporte legal da respetiva fundamentação e tramitação procedimental, a assegurar pelos órgãos e serviços municipais; -----*

*--- xiii.) No caso de decair em juízo, para além de ser responsável pelas inerentes custas processuais, verificados os demais pressupostos legais, o Município poderá ser responsabilizado pelos autores por eventuais prejuízos causados pela prática de ato ilícito – quer na vertente de danos emergentes, quer na de lucros cessantes -, contanto que devidamente comprovados; -----*

*--- xiv.) Por seu turno, tendo em conta que entendemos supra ser viável a interpretação do PDM no sentido de que a utilização hospital é compatível com a categoria de solo urbano - espaços verdes de enquadramento, cumpre verificar da legalidade do eventual ato de deferimento do PIP para aquele fim, atenta a circunstância de a descrição predial do imóvel conter o seguinte averbamento: o prédio “destina-se única e*

*exclusivamente à implantação de um empreendimento turístico";-----*

*--- xv.) Como ficou dito, uma informação prévia consiste num ato prévio ao ato de licenciamento ou admissão de comunicação prévia para a realização de uma operação urbanística, pelo que o respetivo parâmetro de legalidade deverá esgotar-se nos preceitos urbanísticos e não integrar a totalidade do ordenamento jurídico; -----*

*--- xvi.) Contudo, apesar de a informação prévia não definir a situação jurídica de terceiros, mas apenas a do seu titular, à luz das normas urbanísticas aplicáveis, sendo neutra na relação deste com terceiros, não significa que não afete, ou não possa afetar a esfera jurídica destes; -----*

*--- xvii.) Em qualquer caso, parece-nos desejável que, na ausência de interesse municipal na manutenção dos vínculos averbados à descrição predial do terreno em apreço, o Consulente diligencie no sentido do cancelamento dos efeitos do registo, por acordo; -----*

*--- xviii.) Quanto à fundamentação do cancelamento do registo, a mesma deverá constar de prévia deliberação camarária e louvar-se em razões objetivas de interesse público – o que se nos afigura facilitado, atento o desiderato declarado de construção de uma unidade de saúde de natureza hospitalar.-----*

*--- xix.) O registo do ónus, atenta a característica de os atos de gestão urbanística se submeterem unicamente às regras de direito do Urbanismo, não impede, nem limita o Município de Santarém de decidir o PIP de modo favorável; -----*

*--- xx.) O Município de Santarém tem mesmo o dever de decidir aquele PIP favoravelmente, pelo simples motivo de que as normas urbanísticas concretamente aplicáveis – que são as únicas normas mobilizáveis para aferir a viabilidade da pretensão urbanística em causa – permitem a concretização da dita operação; -----*

*--- xxi.) O Município de Santarém pode emitir uma informação prévia favorável condicionada à concretização da revogação por mútuo acordo do ónus existente.” -----*

*--- Foi também presente **declaração** do proprietário do terreno em causa, em como não se opõe à remoção das cláusulas que estabeleciam a afetação do terreno à implantação de um empreendimento turístico e respetivos prazos até à conclusão da obra. -----*

--- Sobre este processo o **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, em vinte e dois de março último, informou o seguinte: -----

--- “De acordo com o saneamento, o pedido detém condições de avaliação, nos termos do disposto no número dois do artigo onze do Decreto-lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na sua atual redação. -----

--- **Considerações:** -----

--- **Um.** O requerimento foi subscrito por elemento integrante do Conselho de Administração, constante no registo comercial permanente, legitimado com apresentação dos dados do CC e utilização de carimbo identificativo da empresa requerente (promitente compradora). Com procuração, para o procedimento, da entidade proprietária do imóvel; -----

--- **Dois.** Foram entregues as plantas de localização referentes. A informação complementar dos limites e enquadramento na filosofia de intervenção do Regulamento do Plano Diretor Municipal – PDM em vigor (aplicação WebSig em utilização no serviço de urbanismo), constituirão anexos desta informação técnica; -----

--- **Três.** O levantamento topográfico integra o sistema de informação cartográfica, ligado à rede geodésica nacional, no sistema Hayford-Gauss, Datum setenta e três, de acordo com o disposto no Anexo UM do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação/RMUE; -----

--- **Quatro.** Tratando-se de uma proposta de estudo prévio, será considerada a consulta de entidades que sobre a disponibilidade de infraestruturas para a instalação do equipamento hospitalar; -----

--- **Cinco.** Tratando-se de uma proposta de estudo prévio com definição volumétrica e de áreas funcionais, entende-se que o plano de acessibilidades (decreto-lei número cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto) e o estudo de tráfego consagrado no artigo noventa e sete do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação/RMUE, Diário da República, segunda série — número duzentos e onze— trinta e um de outubro de dois mil e treze, deverão ser elaborados e apreciados, em fase de licenciamento. -----

--- **INFORMAÇÃO TÉCNICA DE ENQUADRAMENTO** -----

--- **Um. Caracterização da proposta**-----

--- A entidade requerente, pretende ver novamente avaliada, a sua propositura de edificação/instalação de um equipamento de saúde/hospital privado (anteriormente, constituiu processo zero oito-dois mil e dezasseis/doze), a desenvolver em duas fases, detendo a condição de operação urbanística de impacte semelhante a loteamento (artigo sessenta e oito do Regulamento municipal da urbanização e edificação/RMUE, Diário da República, segunda série — número duzentos e onze— trinta e um de outubro de dois mil e treze), com as seguintes características construtiva: -----

--- Área de Implantação total: quatro mil duzentos e setenta e seis metros quadrados ----

--- Área de construção, unidade de saúde (primeira fase): oito mil seiscentos e oitenta e oito metros quadrados -----

--- Área de construção, unidade de saúde (segunda fase): três mil seiscentos e noventa e três metros quadrados -----

--- Área de construção, unidade de saúde (total): doze mil trezentos e oitenta e um metros quadrados-----

--- Área de construção para estacionamento (cave): três mil setecentos e três metros quadrados -----

--- Três pisos para unidade de saúde (um parcialmente em semicave)-----

--- Um piso técnico (em parte da cobertura na primeira fase)-----

--- Um piso de estacionamento em cave-----

--- Nota: operação decomposta em duas Fases, que deverão ser consequentes ou constituir duas operações urbanísticas individualizadas (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE). -----

--- **Dois. Enquadramento da proposta na filosofia de intervenção do PDM** -----

--- A propriedade, designada Encostas da Carmona, localizado perto do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas – e adjacente ao Retail Park de Santarém, encontra-se registada na Conservatória do Registo Predial, sob a matriz número: quatro mil quinhentos e vinte e nove, com área de oitenta e três mil quinhentos e vinte metros quadrados. -----

--- Toda a parcela, encontra-se classificada no Regulamento do Plano Diretor Municipal – PDM de Santarém (planta nove ponto um, Ordenamento da Cidade, constituinte daquele Plano Municipal do Ordenamento do Território/Instrumentos de Gestão Territorial - PMOT/IGT), como Espaço Verde de Enquadramento (subcategoria dos Espaços Urbanos), integrando condicionalismo de Reserva Ecológica Nacional – REN (parcial) mas não integrando condicionalismo Reserva Agrícola Nacional – RAN. -----

--- Nota: a planta REN, quer à escala um/vinte e cinco mil, quer à escala um/dez mil (ambas publicadas), integra mancha, em parte da parcela. Prevalece a carta de maior escala (mais próxima da realidade/detalhe). Importa, no entanto, referir que a intervenção preconizada, incluindo infraestruturas viárias/estacionamentos, não se estende à área considerada Reserva Ecológica Nacional - REN, delimitada à escala um/dez mil.-----

--- Em local adjacente ao Retail Park, ainda dentro da propriedade objeto do PIP, existe parte de área circunscrita de uma lixeira selada (designada de Ómnias Este, encerrada e selada em dois mil e quatro, no âmbito do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio). Esta circunstância, deverá justificar consulta à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo – CCDR LVT (proximidade de realização de infraestruturas, preocupação Equipa Multidisciplinar de Ação para a Sustentabilidade/Câmara Municipal de Santarém – EMAS/CMS, informação de quinze de dezembro de dois mil e dezasseis, no SPO).-----

--- Preconiza-se aqui que a parcela correspondente à lixeira selada, deverá reverter a favor do domínio Privado Municipal. -----

--- Não se confirmam outras condicionantes Plano Municipal do Ordenamento do Território/Instrumentos de Gestão Territorial - PMOT/IGT que justifiquem consultas a outras entidades exteriores. -----

--- Ao nível da conformidade da proposta com a filosofia de intervenção consagrada no regulamento do Regulamento do Plano Diretor Municipal – PDM, nos termos do preconizado no artigo cinquenta e quatro do mesmo (republicação em Diário da República, segunda série — número cento e noventa e quatro — oito de outubro de dois mil e treze, na sua atual redação), é possível implantar edificação, com superfície

construída coberta, até quinze por cento da área da parcela (máximo doze mil quinhentos e vinte e oito metros quadrados para situação em apreço), correspondido pela pretensão (quatro mil duzentos e setenta e seis metros quadrados).-----

--- **(Extrato da republicação do regulamento do Regulamento do Plano Diretor Municipal – PDM)**-----

--- “MUNICÍPIO DE SANTARÉM -----

--- Declaração número cento e quarenta e quatro/dois mil e treze-----

--- **Primeira correção material à alteração ao Plano Diretor Municipal de Santarém - Delimitação de Aglomerados Rurais**-----

--- (...)-----

--- Artigo cinquenta e quatro-----

--- **Espaços Verdes de Enquadramento**-----

--- **Um** - Os espaços verdes de enquadramento são constituídos por espaços ocupados por vegetação natural ou plantada, predominantemente sujeitos ao regime da Reserva Agrícola Nacional – RAN ou da Reserva Ecológica Nacional – REN e nos quais a função de enquadramento paisagístico e de proteção dos recursos naturais é privilegiada face a outros usos, não podendo a sua superfície construída coberta ser superior a quinze por cento da sua área total.-----

--- **Dois** - Nos espaços definidos no número anterior e não sujeitos ao regime da Reserva Agrícola Nacional – RAN ou da Reserva Ecológica Nacional – REN, a Câmara Municipal poderá autorizar a edificação de uma habitação isolada e unifamiliar, desde que a parcela tenha uma dimensão igual ou superior à unidade mínima de cultura, sem prejuízo das parcelas de menor dimensão devidamente registadas na Conservatória do Registo Predial ou inscritas na matriz, obedecendo aos seguintes parâmetros urbanísticos: -----

--- Área máxima coberta: duzentos metros;-----

--- Número de pisos: um;-----

--- Altura máxima das construções: 6 metros.-----

--- (...)-----

--- Diário da República, segunda série — Número cento e vinte— vinte e cinco de junho de dois mil e treze”-----

--- Considerando o quadro de compatibilidades consagrada no regulamento do Regulamento do Plano Diretor Municipal – PDM, Quadro Anexo II, os **serviços/equipamentos e infraestruturas**, são compatíveis com o **Espaço Verde de Enquadramento** (subcategoria dos Espaço Urbanos).-----

--- Relativamente ao número de pisos, nada se encontra prescrito no Regulamento do PDM, para este tipo de funcionalidades, admitindo-se que a preocupação de interpenetrar a solução edificatória, com terreno, resulta numa solução arquitetónica de pouco impacto visual, substancialmente inferior à da estrutura do antigo hotel (processo zero um-mil novecentos e noventa e um/quinhentos e oitenta e quatro), entretanto demolida, perfeitamente justificável/aceitável.-----

--- **TRÊS. Enquadramento da proposta em outras prescrições do Regulamento do Plano Diretor Municipal – PDM / Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação / Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PMDFCI --**

--- **Compensações**-----

--- Operação urbanística de impacto semelhante a loteamento (artigo sessenta e oito do Regulamento municipal da urbanização e edificação/RMUE, Diário da República, segunda série — Número duzentos e onze— trinta e um de outubro de dois mil e treze), calculando-se o valor das compensações, em numerário: -----

<b>Edificação</b>					
<b>Designação</b>	<b>Unidades</b>	<b>Fator</b>	<b>Admissível</b>	<b>Proposta</b>	
serviços (equipamento hospitalar)	m <sup>2</sup>			12 381,00	
<b>Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março</b>					
<b>Designação</b>	<b>Unidades</b>	<b>Fator</b>	<b>Admissível</b>	<b>Proposta</b>	
- serviços - EVUC	m <sup>2</sup>	28 / 100	3 466,68	0,00	0,28
- Parcial	m <sup>2</sup>		3 466,68	0,00	
- serviços - EUC	m <sup>2</sup>	25 / 100	3 095,25	0,00	0,25
- Parcial	m <sup>2</sup>		3 095,25	0,00	
- Total	m <sup>2</sup>		6 561,93	0,00	
<b>Compensação (artigo 57.º RTGTMS)</b>					
<b>Designação</b>	<b>Unidades</b>	<b>Fator</b>	<b>Admissível</b>	<b>Proposta</b>	
C					
K (classificação do solo)	PDM	outro	1,00	1,00	

A1 (cedências)	m²	1,00	6 561,93	6 561,93	
V (custo de construção, Portaria n.º 345-B/2016, de 30 de dezembro)	€/m²	0,85	482,40	410,04	
- Parcial	€			269 065,38	
- Total	€			269 065,38	

--- Poderá o investidor/promotor, avaliar a possibilidade de inscrever/apresentar candidatura ao programa subjacente ao preconizado no Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento, publicado em Diário da República, segunda série — número trinta e nove — vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito a sujeitar a deliberação do executivo municipal e decisão final da Assembleia Municipal. -----

--- **Dimensionamento de estacionamento** -----

--- Quanto à captação de estacionamento a aplicar à presente operação, tratando-se de um estudo prévio volumétrico e definição genérica de usos, entende-se que o cálculo deverá ser aferido em sede de licenciamento em função do número de camas, necessidades de funcionários e utentes e acréscimo para estacionamento público, em função dos parâmetros definidos nos artigos noventa, oitenta e quatro e noventa e cinco do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação – RMUE. -----

--- Da captação total a aferir deverão ser salvaguardados os lugares de estacionamento destinados a mobilidade condicionada, nos termos do ponto dois ponto oito das normas técnicas constantes do Decreto-Lei número cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto, na sua atual redação. -----

--- **(Extrato do Regulamento do PDM, republicação)** -----

--- “MUNICÍPIO DE SANTARÉM -----

--- Declaração número cento e quarenta e quatro/dois mil e treze -----

--- **Primeira correção material à alteração ao Plano Diretor Municipal de Santarém**

- **Delimitação de Aglomerados Rurais**-----

--- (...)-----

--- SECÇÃO XII-----

--- **Circulação e estacionamento automóvel**-----

--- (...)-----

--- Artigo oitenta e quatro -----

--- **Equipamentos Coletivos**-----

--- **Um** — Para a instalação de equipamentos coletivos, designadamente de natureza escolar (básica, secundária e universitária), desportiva e hospitalar, deverá proceder -se, caso a caso, à definição das condições de acessibilidade e da capacidade de estacionamento.-----

--- (...)” -----

--- Diário da República, segunda série — Número cento e vinte— vinte e cinco de junho de dois mil e treze -----

--- **(Extrato da republicação do RMUE)**-----

--- “MUNICÍPIO DE SANTARÉM -----

--- Regulamento número quatro centos e vinte/dois mil e treze-----

--- **Primeira alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação do Município de Santarém**-----

--- (...)-----

--- Artigo noventa-----

--- **Estabelecimento de saúde**-----

--- **Um** - Em construções cujo uso esteja afeto a qualquer tipo de estabelecimento de saúde deve ser criado estacionamento para veículos ligeiros equivalente a zero virgula oitenta e cinco lugar por cada cama, acrescidos do número de lugares necessários a funcionários e utentes, calculados com base no disposto no artigo oitenta e cinco do presente Regulamento. -----

--- **Dois** - Devem ser previstas áreas para chegada e saída de utentes e de circulação de veículos de emergência, nos termos da legislação aplicável. -----

--- (...)-----

--- Artigo oitenta e quatro -----

--- **Uso para serviços** -----

--- Em construções ou áreas destinadas a serviços deve ser criado estacionamento equivalente a: -----

--- a) Três lugares de estacionamento por cada cem metros quadrados de área coberta de serviços, para estabelecimentos com área igual ou inferior a quinhentos metros quadrados;-----

--- b) Cinco lugares de estacionamento por cada cem metros quadrados de área coberta de serviços, para estabelecimentos com área superior a quinhentos metros quadrados. ---

--- (...)-----

--- Artigo noventa e cinco -----

--- **Estacionamento público**-----

--- **Um** — Para fins de habitação em moradia unifamiliar, habitação coletiva e indústria ou armazéns, o número total de lugares resultante da aplicação dos critérios enunciados no artigo oitenta e três e artigo oitenta e sete do presente Regulamento é acrescido de vinte por cento para estacionamento público.-----

--- **Dois** — Para fins de comércio e serviços, o número total de lugares resultante da aplicação dos critérios enunciados no artigo oitenta e quatro e no artigo oitenta e cinco do presente Regulamento é acrescido de trinta por cento para estacionamento público. --

--- (...)-----

--- Diário da República, segunda série — Número duzentos e onze— trinta e um de outubro de dois mil e treze” -----

--- **(Extrato do Decreto-Lei número cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto, na sua atual redação)**-----

--- Decreto-Lei número cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto, alterado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze de nove de setembro, com Retificação número quarenta e seis-A/dois mil e catorze de dez de novembro -----

--- ANEXO -----

--- **Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada**-----

--- (...)-----

--- Secção dois ponto oito—**Espaços para estacionamento de viaturas**:-----

--- dois ponto oito ponto um - O número de lugares reservados para veículos em que um

ATA N.º 17  
Mandato 2017-2021  
Reunião de 31 de agosto de 2018

dos ocupantes seja uma pessoa com mobilidade condicionada deve ser pelo menos de: --

--- Um) Um lugar em espaços de estacionamento com uma lotação não superior a dez lugares; -----

--- Dois) Dois lugares em espaços de estacionamento com uma lotação compreendida entre onze e vinte e cinco lugares; -----

--- Três) Três lugares em espaços de estacionamento com uma lotação compreendida entre vinte e seis e cem lugares; -----

--- Quatro) Quatro lugares em espaços de estacionamento com uma lotação compreendida entre cento e um e quinhentos lugares; -----

--- Cinco) Um lugar por cada cem lugares em espaços de estacionamento com uma lotação superior a quinhentos lugares. -----

--- (...)-----

--- Nota: **exemplo prático** (cinquenta camas em internamento e setenta por cento da área restante, destinada a serviços) -----

designação			n.º de camas	área de construção (m2)
equipamento de saúde (internamento)			50	1 540
equipamento de saúde (áreas de serviço) 70% da área afeta ao equipamento, sem internamento				7 589
total				9 129
RMUE (artigos 90.º, 84.º e 95.º)				
designação	unidade	fator	admissível	proposta
equipamento saúde (internamento)	lug.	0,85 / cama	42,5	
equipamento saúde	lug.	5 / 100m2	379,4	
acréscimo para estacionamento público	lug.	30% lug. Totais	126,6	
total	lug.		549	352
Estacionamentos acessíveis (mob. condicionada)	lug.		5	3

--- **Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios** -----

--- A parcela de terreno em apreço, não se encontra considerada na carta de perigosidade, como Alto ou Muito Alto Risco de Incêndio (condicionante a edificação).

--- **QUATRO. Entidades a consultar** (Via Sistema de Informação do Regulamento Jurídico de Urbanização e Edificação - SIRJUE, artigo treze A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE - técnico habilitado: arquiteta Sofia Martins) -----

--- • **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do**

**Tejo – CCDDR LVT** (razão da localização, proximidade a área circunscrita de uma lixeira, designada de Ómnias Este, encerrada e selada em dois mil e quatro, no âmbito do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio), com relatório técnico Resitejo/informação Equipa Multidisciplinar de Ação para a Sustentabilidade – EMAS -----

--- • **USP Unidade de Saúde Pública do ACES Lezíria** -----

--- Nota: consultada a Agencia Portuguesa do Ambiente, no processo zero oito-dois mil e dezasseis//doze, emitiu parecer favorável. Não se confirma a razão da proximidade à servidão do Domínio Público Hídrico (cabeceras de linha de água). O referido parecer contém recomendações de ordem técnica e regulamentar que devem ser do conhecimento do promotor, constituindo o PDF número nove, anexo à presente informação técnica. -----

--- **Pedido de pareceres internos:** -----

--- • **Divisão de Obras e Projetos** - DOP/Departamento Técnico e Gestão Territorial - DTGT (confirmação de parecer anterior)-----

--- • **Equipa Multidisciplinar de Ação para a Sustentabilidade** – EMAS (confirmação de parecer anterior)-----

--- • **Bombeiros Municipais de Santarém** (confirmação de parecer anterior)-----

--- **Pedido de pareceres (razão de infraestruturas):** -----

--- • **Empresa Águas de Santarém** (disponibilidade de infraestrutura de saneamento e rede de águas) -----

--- • **Eletricidade de Portugal** (disponibilidade de infraestrutura elétrica) -----

--- • Com conhecimento à **União de Freguesias da Cidade** -----

--- Considera-se que pode vir a ser deliberado pelo executivo municipal, a indicação ao requerente que a pretensão é viável, nos termos dos artigos dezasseis e dezassete do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze de nove de setembro, após obtenção de pareceres favoráveis vinculativos.-----

--- O procedimento de controlo prévio consequente, inerente à realização da operação urbanística em apreço, corresponderá a pedido de Licenciamento.”-----

--- A **Chefe da Equipa Multidisciplinar de Ação para a Sustentabilidade** emitiu o seguinte parecer em três de abril último:-----

--- “Tendo em consideração que o presente Pedido de Informação Prévia (PIP) se refere à edificação num terreno que, conforme referido na Memória Descritiva apresentada pelo requerente, “na cota mais elevada, junto à ravina em Reserva Ecológica Nacional – REN desfruta-se de um panorama alargada da bacia do Tejo” e, atendendo à atual estratégia regional e nacional de valorização do rio Tejo como um destino turístico qualificado e que procura a sustentabilidade ambiental para o diferenciar, esta questão deverá ser equacionada nas opções a tomar, de forma a que seja desenhada uma solução de implantação do edifício que minimize o impacto visual da intervenção, que será elevado, bem como a poluição luminosa, uma vez que as operações urbanísticas serão implantadas num local predominantemente marcado pelo verde e identitário da paisagem Lezíria do Tejo, além da Biodiversidade existente no ecossistema fluvial e terrestre, rio Tejo e marachas do Tejo. -----

--- Acresce a esta questão, o facto do terreno alvo da presente pretensão abranger parte da lixeira de Ómnias Este, encerrada e selada em dois mil e quatro no âmbito da “Empreitada de Conceção e Construção do Encerramento e Recuperação de quatro Lixeiras do Distrito de Santarém”, a qual teve apoio do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio. Neste enquadramento, estando a lixeira a ocupar uma localização nobre, junto do existente Retail Park e, recorrendo-se às orientações políticas e de financiamento para a economia circular, somos de parecer que a lixeira, enquanto espaço atualmente contaminado com Resíduos Urbanos (RU), poderá ser descontaminado e requalificado, libertando aquele espaço da cidade para um fim utilitário, enquadrando o novo edifício no contexto do edificado já existente e permitindo uma nova conceção do edifício.-----

--- Neste entendimento, somos de parecer que o proponente, como contrapartida da descontaminação do terreno da lixeira, poderá ficar como proprietário desse terreno que é da propriedade da Câmara Municipal e ganhar a totalidade da área e projetar a implantação do edifício neste local com maior enquadramento paisagístico e preservando um local na paisagem do rio Tejo em Santarém. -----

--- O funcionamento de um Hospital naquele local obrigará a uma elevada movimentação de pessoas debilitadas num terreno onde está uma lixeira, que não permite construções e é um foco de emissões gasosas, pelo que será uma mais-valia, para o proponente, para os futuros utentes, para a população, para o Município e para o Ambiente, eliminar o atual passivo ambiental numa zona da cidade privilegiada de acessos. -----

--- A solução que se propõe, mais sustentável, para a implantação do Hospital, é já aplicada em alguns países para a descontaminação de áreas de deposição de resíduos, sendo denominada landfill mining, (mineração de aterros) e que terá no nosso território um protagonismo nacional exigindo uma cooperação entre as entidades públicas com interesses comuns e um privado de saúde de renome no mercado. -----

--- A Ordem dos Engenheiros (OE) realizou em janeiro de dois mil e dezasseis o Seminário "Mineração de aterros em Portugal: oportunidade ou ficção científica?". De acordo com as conclusões resumidas no site da OE, foram debatidas, no referido Seminário, as oportunidades, em particular no que diz respeito à recuperação de energia e matérias-primas secundárias a partir de aterros urbanos (onde se incluem as lixeiras) e aterros industriais.-----

--- A técnica de landfill mining permite a resolução/eliminação de problemas de grande sensibilidade ambiental, tais como:-----

--- O risco de contaminação de aquíferos subterrâneos tendo em conta a falta de sistemas de impermeabilização das bases e taludes de lixeira e falta de drenagem e captação de lixiviados; -----

--- Riscos de saúde por contacto com as emissões que possam ocorrer nas lixeiras; -----

--- O risco de incêndio e explosão devido aos gases inflamáveis e mistura de gases; -----

--- Os custos elevados de manutenção e controlo, particularmente no que se refere à captura de lixiviados e emissões de gases; -----

--- Problemas de espaço em áreas com elevada densidade populacional; -----

--- Recuperação de materiais recicláveis, promovendo assim a economia circular. -----

--- Caso superiormente a opção proposta seja considerada como uma hipótese a avaliar,

propõe-se que a Divisão de Planeamento e Urbanismo averigue esta possibilidade com o requerente, para posteriormente se propor à Agência Portuguesa do Ambiente - APA autorização para eliminação do passivo ambiental e valorização dos resíduos na Resitejo.

--- Caso se pretenda manter a atual proposta, dever-se-á promover consulta à CCDR-LVT, entidade à qual existe obrigatoriedade de reportar anualmente o relatório de manutenção e monitorização das lixeiras, informando-se que a mesma se encontra ainda ativa com produção de biogás e lixiviados. Além do impacte ambiental que o edifício provocará nos tempos em que se recentra a importância do ambiente no debate público. -

--- Tecnicamente, a lixeira é um passivo ambiental no Concelho de Santarém que, embora encerrada e selada, poderá originar impactes ambientais negativos por vários anos, devido à decomposição da matéria orgânica, que, de acordo com a literatura poderá ocorrer durante um período de trinta anos. Refere-se neste âmbito que a Universidade de Coimbra (UC) iniciou em dois mil e catorze o estudo sobre o potencial de contaminação química e toxidade nos solos e nos cursos de água e efeitos na biodiversidade das antigas lixeiras de resíduos urbanos no qual a LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – é a entidade responsável pela gestão, valorização e tratamento dos Resíduos Urbanos produzidos pelos oito municípios que a integram: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde- é parceira. É um estudo inédito a nível europeu que envolve uma equipa de dez investigadores da UC, liderada por Sónia Chelinho. Os investigadores afirmam que "Continuam, assim, a ser produzidos lixiviados (contendo um verdadeiro cocktail de contaminantes) e libertado biogás, desconhecendo-se se existem perigos efetivos das antigas lixeiras para a saúde humana e para o ambiente". -----

--- Pelos riscos que as lixeiras representam, nomeadamente para a saúde pública e para o ambiente, pelo risco de poluição das águas superficiais e subterrâneas, do solo e da atmosfera, e a uma escala global pelo efeito de estufa, e para a segurança da saúde humana, a legislação (Decreto-Lei número cento e trinta e oito/dois mil e nove, de dez de agosto) obriga à monitorização e manutenção das lixeiras, bem como à elaboração de relatório anual a enviar à respetiva autoridade regional de resíduos, no caso de Santarém,

a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT). -----

--- Atualmente, de acordo com o Decreto-Lei número setenta e três/dois mil e onze, de dezassete de junho, concretamente o seu artigo setenta e cinco - A, a responsabilidade pela manutenção e monitorização das antigas lixeiras municipais encerradas cabe às entidades gestoras responsáveis pelo tratamento de resíduos urbanos da área onde essas antigas lixeiras se localizam, ou seja, a responsabilidade é da Resitejo. -----

--- A Resitejo realiza anualmente a monitorização das lixeiras dos seus associados, seguindo plano de manutenção e monitorização ambiental estabelecido pela Agência Portuguesa do Ambiente - APA, sendo os custos suportados pelos respetivos municípios.

--- De acordo com as Normas e Especificações Técnicas das APA divulgadas no respetivo site, pressupõe-se que estão em curso os trabalhos que visam a conclusão da identificação das lixeiras que ainda carecem de monitorização pelas autoridades regionais de ambiente que acompanham esta temática, por via da obrigação do controlo da qualidade do meio hídrico (APA-ARH) ou da fiscalização do cumprimento da legislação aplicável em matéria de gestão de resíduos (CCDR), bem como a identificação do programa de monitorização específico para cada lixeira, tendo em conta as especificidade hidrogeológicas locais e históricas. -----

--- Refira-se, no entanto, que, não obstante a responsabilidade pela manutenção e monitorização das lixeiras ser da Resitejo, os eventuais danos causados ao ambiente ou à saúde pública decorrentes da deposição de resíduos nas lixeiras, de acordo com o número três do artigo setenta e cinco-A do Regime Geral da Gestão de Resíduos não são da responsabilidade da referida entidade, mas sim do Município de Santarém. -----

--- À consideração superior a solução a tomar e, caso seja a opção mais sustentável, propõe-se o encaminhamento para a DPU com proposta de agendamento de reunião entre o promotor, a Divisão de Planeamento e Urbanismo e a EMAS para se avançar com um grupo de trabalho institucional em parceria com o privado e com metas temporais que permita a viabilidade do investimento em Santarém.” -----

--- O **Comandante dos Bombeiros Municipais de Santarém** informou nada ter a opor

à localização proposta. -----

--- Em trinta de abril último, o **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo** voltou a informar o seguinte: -----

--- “O parecer agora emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - CCDRLVT, não correspondeu às razões invocadas no pedido SIRJUE, não tendo em consideração a informação técnica que o sustentou (ponto quatro, informação datada de vinte e dois de março do corrente ano).-----

--- Nota: Operação urbanística em perspetiva, não incide em zona incluída na REN, embora parte do terreno esteja parcialmente abrangida por aquela condicionante (vertente nascente, muito declivosa).-----

--- Deverá solicitar-se novamente à CCDRLVT, para que se pronuncie no âmbito do que se refere na informação técnica de vinte e dois de março do corrente ano no seu ponto quatro (razão da localização, proximidade a área circunscrita de uma lixeira, designada de Ómnias Este, encerrada e selada em dois mil e quatro, no âmbito do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio). -----

--- Deverá complementar-se o novo pedido SIRJUE, à CCDRLVT, com informação de que a pretensão foi antecédida por processo zero oito-dois mil e dezasseis/doze, sobre o qual foi emitido parecer favorável, acompanhado do pdf correspondente ao parecer das EMAS (de três de abril último).-----

--- Mais se deve informar a CCDRLVT, que já foi obtido parecer favorável da ACES Lezíria/SNS, que deve ser apenso ao novo pedido, conjuntamente com a presente informação.” -----

--- Foi também presente o seguinte parecer da **Divisão de Obras e Projetos**: -----

--- “Na sequência do solicitado, que visa a análise do sistema rodoviário proposto no âmbito do pedido de informação prévia – construção de uma unidade de saúde (hospital), informa-se que dada a fase do projeto apenas se tecem as seguintes considerações: -----

--- **Um. Em termos de circulação viária:**-----

--- - Relativamente ao dimensionamento da interseção giratória - rotunda, verifica-se que a sua conceção geométrica deve cumprir as disposições normativas previstas no

documento do Instituto de Infraestruturas Rodoviárias, IP (INIR), Dimensionamento de rotundas, documento síntese;-----

--- - Em relação à solução proposta para o caminho existente inserido na área de intervenção que permite o acesso não só a outras propriedades como também a ligação às Omnias, verifica-se que a sua continuidade se encontra assegurada, estando prevista um ponto de ligação através de uma interseção. -----

--- **Dois. Em termos de circulação pedonal:**-----

--- - Da análise efetuada à circulação pedonal na área de intervenção, verifica-se que de acordo com o ponto um ponto um ponto dois, da seção um ponto um, do capítulo um do Anexo constante no Decreto-Lei número cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto, “*a rede de percursos pedonais acessíveis deve ser contínua e coerente (...)*”. Deste modo, sugere-se que no âmbito da conceção de percursos estes sejam acessíveis, contínuos e de acordo com os trajetos pedonais pretendidos; -----

--- - Em relação aos passeios associados à rotunda, verifica-se que o seu desenvolvimento deve prever um canal de circulação contínuo com uma largura não inferior a um metro virgula cinquenta, no sentido de garantir a sua continuidade e atratividade para o peão. -----

--- **Três. Em termos de trânsito**-----

--- - A construção da unidade de saúde irá constituir um polo gerador de viagens, deste modo deve ser equacionada a garantia das acessibilidades ao nível dos transportes públicos urbanos. Assim, o projeto deve prever a implementação de paragem para este tipo de veículos e dotá-la de condições de segurança e de comodidade para os passageiros e utentes deste equipamento (construção de gare de desvio e instalação de abrigo de passageiros). -----

--- Neste sentido, sugere-se que também sejam avaliadas as condições dos arruamentos envolventes, em termos de dimensionamento, por forma a assegurar as condições de segurança afetas à circulação dos transportes públicos (carreiras) e integração desta paragem na rede das carreiras urbanas de serviço público afetas à cidade de Santarém.” -

--- Pela **Chefe da Equipa Multidisciplinar de Ação para a Sustentabilidade**, em um

de junho último, foi de novo informado o seguinte:-----

--- “Tendo em consideração que o requerente pretende manter a implantação inicialmente prevista, informa-se que é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - CCDRLVT a entidade gestora das lixeiras e, neste sentido, a mesma deve pronunciar-se quanto à implantação pretendida. Alerta-se que esta entidade foi já consultada, conforme documentos do processo, mas apenas no âmbito da Reserva Ecológica Nacional (REN). -----

--- De forma a minimizar o impacto da implantação do edifício, mantendo um continuum verde e atendendo ao atual contexto internacional, nacional e local de Adaptação às Alterações Climáticas, sugere-se que o requerente projete uma cobertura verde, a qual acresce uma mais-valia ao edifício: maior conforto térmico, menores consumos de energia, melhor comportamento acústico, enquadramento na paisagem, rentabilização do espaço disponível para criação de um espaço ajardinado (com espécies autóctones adaptadas ao clima de Santarém) para usufruto dos utilizadores do edifício.--

--- Relativamente à afirmação da empresa abaixo transcrita, constante na carta datada de nove de maio de dois mil e dezoito, o parecer do Município não tem qualquer contradição na medida em que é bem perceptível que se estão a analisar soluções diferentes. É necessário compreender que na apresentação do Pedido de Informação Prévia o parecer do Senhor Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo (DPU) da Câmara Municipal de Santarém, considera a implantação inicialmente prevista não estando a analisar o parecer da Equipa Multidisciplinar de Ação para a Sustentabilidade - EMAS, posterior.-----

--- Conforme acima exposto, facilmente se conclui que não existem contradições nos pareceres emitidos pelas unidades orgânicas da Câmara Municipal de Santarém.-----

--- Abaixo se transcreve o referido excerto da carta da empresa datada de nove de maio de dois mil e dezoito: -----

--- “Por outro lado, no que diz respeito à opção proposta no Parecer da EMAS, quanto à hipótese de desinstalação da lixeira, passando o terreno ocupado para domínio privado da instalação hospitalar proposta, entra em absoluta contradição com a apreciação e

entendimento camarário já exposto em Parecer datado de vinte e dois de março de dois mil e dezoito do Exmo. Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo, Arquiteto Paulo Cabaço, que refere: -----

--- “Em local adjacente ao Retail Park, ainda dentro da propriedade objeto do PIP, existe parte de área circunscrita de uma lixeira selada (designada de Ómnias Este, encerrada e selada em dois mil e quatro, no âmbito do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio). Esta circunstância, deverá justificar consulta à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - CCDRLVT (proximidade de realização de infraestruturas, preocupação EMAS /CMS, informação quinze de dezembro de dois mil e dezasseis). -----

--- Preconiza-se aqui que a parcela correspondente à lixeira selada, deverá reverter a favor do domínio Privado Municipal.”-----

--- À consideração superior o envio do processo à CCDRLVT, enviando o parecer da EMAS datado de três de abril de dois mil e dezoito e o presente, para emissão de parecer relativamente à implantação do edifício próximo da lixeira selada de Ómnias Este, monitorizada anualmente pela RESITEJO – Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos, estando esta Câmara Municipal, na área do Ambiente e Sustentabilidade, disponível para reunir com a CCDRLVT.”-----

--- Em oito de junho do corrente ano, a **Chefe da Equipa Multidisciplinar de Ação para a Sustentabilidade** reiterou a necessidade de obter o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - CCDRLVT quanto à implantação proposta pelo requerente. -----

--- Em treze do corrente mês o **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, informou ainda o seguinte:-----

--- “Nos termos considerados e justificados na informação de vinte e dois de março de dois mil e dezoito, foram obtidos pareceres que serão determinantes para a proposta de decisão sobre a pretensão, que poderá ser, genericamente, caracterizada pelos seguintes dados numéricos:-----

--- “edificação/instalação de um equipamento de saúde/hospital privado (anteriormente,

constituiu processo zero oito-dois mil e dezasseis/doze), a desenvolver em duas fases, detendo a condição de operação urbanística de impacte semelhante a loteamento (artigo sessenta e oito do Regulamento municipal da urbanização e edificação/RMUE, Diário da República, segunda série - número duzentos e onze - trinta e um de outubro de dois mil e treze), com as seguintes características construtivas: -----

--- Área de Implantação total: quatro mil duzentos e setenta e seis metros quadrados ----

--- Área de construção, unidade de saúde (primeira fase): oito mil seiscentos e oitenta e oito metros quadrados -----

--- Área de construção, unidade de saúde (segunda fase): três mil seiscentos e noventa e três metros quadrados-----

--- Área de construção, unidade de saúde (total): doze mil trezentos e oitenta e um metros quadrados-----

--- Área de construção para estacionamento (cave): três mil setecentos e três metros quadrados-----

--- Três pisos para unidade de saúde (um parcialmente em semicave)-----

--- Um piso técnico (em parte da cobertura na primeira fase) -----

--- Um piso de estacionamento em cave-----

--- Nota: operação decomposta em duas Fases, que deverão ser consequentes ou constituir duas operações urbanísticas individualizadas (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE).” -----

--- **Pareceres externos obtidos:**-----

--- **Unidade de Saúde pública ACES (ARSLVT):** parecer favorável, com preocupações a considerar;-----

--- **EDP:** parecer favorável (com preocupações); -----

--- **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo** – CCDDR LVT: emitiu pareceres, de forma reiterada, descontextualizados do pedido (ver informação de trinta de abril de dois mil e dezoito), pressupondo intervenção em Reserva Ecológica Nacional, o que não é o caso. Remeteu, mais tarde, para possibilidade de parecer pela Agência Portuguesa do Ambiente (proximidade a lixeira selada); -----

--- **Agência Portuguesa do Ambiente:** não emitiu parecer pelo SIRJUE, nos termos do ponto seis do artigo treze do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE /Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze de nove de setembro, considera-se concordância daquela entidade com a pretensão. Admite-se que se mantêm as considerações genéricas que acompanhavam parecer favorável, emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente - APA, para solução exatamente igual à em apreço e que constituiu o processo zero oito-dois mil e dezasseis/doze. -----

--- **Pareceres internos:** -----

--- **Águas de Santarém:** parecer favorável (com condicionantes/preocupações); -----

--- **Equipa Multidisciplinar de Ação para a Sustentabilidade – EMAS:** parecer de enquadramento, preconizando pedido de pareceres Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo – CCDR LVT / Agência Portuguesa do Ambiente – APA. Com preocupações relacionadas com lixeira selada, não intervencionada na operação em perspetiva; -----

--- **Divisão de Obras e Projetos - DOP/Departamento Técnico e Gestão Territorial - DTGT:** confirma parecer/informação dada sobre o processo zero oito-dois mil e dezasseis/doze; -----

--- **BMS:** nada a opor.-----

--- Os pareceres/informações acima mencionados, devem ser do conhecimento do executivo, aquando do agendamento em perspetiva.-----

--- **Proposta:** -----

--- **UM -** Considerando o enquadramento plasmado na informação de vinte e dois de março de dois mil e dezoito e as considerações substantivas constantes nos pareceres acima mencionados, proponho a indicação ao requerente/promotor de que a pretensão é viável, deliberando informação prévia favorável, devendo atender-se às seguintes considerações: -----

--- **a)** Ter em atenção as condicionantes que impendem sobre a realização da operação

urbanística contantes nos pareceres obtidos; -----

--- **b)** Em fase de licenciamento, deverá elaborar-se o plano de acessibilidades (decreto-lei número cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto) e o estudo de tráfego consagrado no artigo noventa e sete do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação/RMUE, Diário da República, segunda série - número duzentos e onze - trinta e um de outubro de dois mil e treze; -----

--- **c)** A realização da operação urbanística, por fases, deve ser consagrada no projeto de arquitetura, nos exatos termos previstos no artigo cinquenta e nove do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE /Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze de nove de setembro; -----

--- **d)** Esta operação urbanística, reveste-se de impacte semelhante a loteamento (artigo sessenta e oito do Regulamento municipal da urbanização e edificação/RMUE, Diário da República, segunda série - número duzentos e onze - trinta e um de outubro de dois mil e treze), calculando-se o valor das compensações (em função da proposta), em numerário, em duzentos e sessenta e nove mil e sessenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos. Poderá o investidor/promotor, avaliar a possibilidade de inscrever/apresentar candidatura ao programa previsto no Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento, publicado em Diário da República, segunda série - número trinta e nove — vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, a sujeitar a deliberação do executivo municipal e decisão final da Assembleia Municipal; -----

--- **e)** Dimensionamento de estacionamento: tratando-se de um estudo prévio volumétrico e definição genérica de usos, entende-se que o cálculo deverá ser aferido em sede de licenciamento em função do número de camas, necessidades de funcionários e utentes e acréscimo para estacionamento público, em função dos parâmetros definidos nos artigos noventa, oitenta e quatro e noventa e cinco do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação – RMUE. Da captação total a aferir deverão ser salvaguardados os lugares de estacionamento destinados a mobilidade condicionada, nos termos do ponto dois ponto oito das normas técnicas constantes do Decreto-Lei número

cento e sessenta e três/dois mil e seis, de oito de agosto, na sua atual redação (ver ensaio na informação técnica de vinte e dois de março de dois mil e dezoito);-----

--- **f)** Em local adjacente ao Retail Park, ainda dentro da propriedade objeto do PIP, existe parte de área circunscrita de uma lixeira selada (designada de Ómnias Este, encerrada e selada em dois mil e quatro, no âmbito do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio). Preconiza-se aqui que a parcela correspondente à lixeira, reverta a favor do domínio Privado Municipal;-----

--- **g)** Será da responsabilidade do promotor da operação urbanística, a garantia do reforço/execução de infraestruturas necessárias ao funcionamento da unidade hospitalar, não sendo admissível imputar/reclamar custos ou trabalhos não previstos, ao município (artigo vinte e quatro do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE); -----

--- **h)** O procedimento de controlo prévio consequente, inerente à realização da operação urbanística em apreço, corresponderá a pedido de Licenciamento. -----

--- **DOIS** - A assunção da realização do equipamento privado/hospital, nos termos acima preconizados, torna despiciente as salvaguardas inscritas/condicionante funcional na certidão de teor do prédio (ver documento posse), modificadas quando da escritura de alteração de condições contratuais, celebrada em vinte e oito de setembro de dois mil e sete, onde o município garantiu o ressarcimento dos custos da operação de viabilização de empreendimento turístico, não concluído e cuja reminiscência se viu obrigado a mandar demolir. -----

--- Com efeito, não se vislumbrando a viabilidade, pelas necessidades ditadas pelo mercado, da ideia da materialização de um empreendimento turístico da dimensão da preconizada pela IVO Hotéis/Ragen, deverá o município aproveitar a oportunidade de instalação/realização de outro equipamento, eventualmente melhor adequado às necessidades do Concelho, aproveitando a localização, infraestruturas existentes, economia local e sinergias relacionadas, para alargar a oferta de serviços especializados (neste caso na área da saúde). -----

--- Tendo por base o acima referido e o parecer jurídico de vinte e três de junho de dois mil e dezassete que sustenta a validade dos pressupostos a sujeitar a decisão do

executivo, proponho que se delibere nos exatos termos preconizados: cancelamento dos efeitos do registo, por acordo, do inscrito “o terreno destina-se única e exclusivamente à implantação de um empreendimento turístico”, “devendo louvar-se em razões objetivas de interesse público – o que se nos afigura facilitado, atento o desiderato declarado de construção de uma unidade de saúde de natureza hospitalar”.-----

--- Nota: importa referir que pode estar em causa a aplicabilidade das cláusulas penais, também inscritas no registo da Conservatória do Registo Predial da posse do terreno, uma vez que o proprietário do terreno, em três de dezembro de dois mil e sete, constituiu PIP, correspondente ao processo zero oito-dois mil e sete/vinte e nove, para alteração/ampliação do Hotel (tendo por base estrutura existente), sobre a qual foi deliberado informação prévia favorável (com condições), já em vinte e oito de abril de dois mil e oito. -----

--- Da deliberação não consta referência ao facto de que, a decisão tomada, mais de sessenta dias depois de vinte e oito de setembro de dois mil e sete (condição de aplicabilidade das cláusulas penais), permitir a extensão desse prazo, nos termos previstos no número dois do artigo dezassete do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE (na redação da altura, Lei sessenta/ dois mil e sete de quatro de setembro), para um ano. Assim deverá ter entendido o promotor, que só apresentou o processo de licenciamento de alteração/conclusão do Hotel, em trinta de janeiro de dois mil e nove (zero um-dois mil e nove/quarenta e três). Apesar de aprovada a arquitetura, o referido processo nunca deu origem a alvará de licença de construção, inibindo aplicabilidade das referidas cláusulas penais.”-----

--- O senhor **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** manifestou a sua concordância com o teor da informação do Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo propondo o seguinte: -----

--- **Um.** indicação da viabilidade da pretensão à entidade requerente/promotora, nas condições identificadas, e -----

--- **Dois.** cancelamento do ónus no registo que limita o destino do terreno exclusivamente para empreendimento turístico, carecendo a decisão de deliberação do

Executivo Municipal.-----

--- O senhor **Presidente** recordou que este pedido de informação prévia já havia sido presente em reunião de Câmara no anterior mandato, nas mesmas condições. Referiu que os pareceres são favoráveis, sublinhando que agora também se propõe o cancelamento do ónus o que, no anterior pedido seria feito à posteriori. Salientou a importância deste investimento para o Concelho. -----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** referiu que, efetivamente, este assunto foi presente em reunião de Câmara no mandato anterior, em vinte e três de janeiro de dois mil e dezassete, pelo que constata que já decorreram quase dois anos desde essa primeira apreciação e deliberação, sem que relativamente à essência do problema tenha havido qualquer modificação. -----

--- A este propósito começou por lembrar que o então Vereador **Luís Farinha** em resposta a questões levantadas, de acordo com a ata daquela reunião, referiu que relativamente ao tempo necessário para fazer um projeto desta natureza, que era uma alteração que pudesse enquadrar o hospital naquele local, *“seis meses seria efetivamente adequado, mas o problema é que o investidor tem que ter a garantia que tem viabilidade porque senão não faz sentido estando o processo de revisão do PDM - Plano Diretor Municipal em curso.* -----

--- *Referiu que as dificuldades do PDM atual se verificam noutras situações de investimentos e, por isso relativamente a essa matéria ninguém tem dúvidas da necessidade do PDM.*-----

--- *Disse que quem faz o investimento não o faz sem garantias. Daí terem formulado o pedido de informação prévia e é nesse contexto que este assunto é presente em reunião.”*

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** realçou que seis meses não foi o tempo que passou, passaram quase dois anos e, portanto, aquilo que era possível ter sido resolvido ainda não foi. -----

--- Salientou que na página quarenta e oito da mesma data é dito que o senhor **Presidente** *“Sublinhou que do ponto de vista da transmissão do ónus, já são outros os proprietários do imóvel. Disse que a questão que lhe parece importante tem a ver com o*

*enquadramento do projeto do ponto de vista do novo PDM - Plano Diretor Municipal.”*

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** sublinhou que em vinte e três de janeiro de dois mil e dezassete o senhor Presidente dizia que o ónus era uma questão menor que tinha a ver com outros proprietários do imóvel, mas o que era importante era o enquadramento do projeto no Plano Diretor Municipal. -----

--- Prosseguiu aludindo a mais algumas intervenções verificadas na citada reunião, porque, na prática, tem muito da argumentação do Partido Socialista, salientando, nomeadamente, que o então Vereador Celso Braz chamava a atenção para o facto da informação técnica ter a data de novembro de dois mil e dezasseis, realçando o tempo que, entretanto, já passou, tendo em conta que estamos em trinta e um de agosto de dois mil e dezoito. Acrescentou que o ex-Vereador Celso Braz também aludia à questão da alteração do Plano Diretor Municipal, nomeadamente da alteração simplificada que rapidamente poderia resolver o problema do enquadramento do Plano Diretor Municipal que na altura o Presidente de Câmara considerava que era o mais importante de resolver.

--- Prosseguiu referindo que o ex Vereador Sérgio Cardoso considerou que era importante um concelho que acolhesse este tipo de investimento, era importante que houvesse valências na área da saúde, disse que o Partido Socialista nada tinha contra a instalação de uma unidade de saúde privada no concelho de Santarém e que a própria localização na sua opinião não era uma má localização só que não se conformava com os instrumentos de ordenamento de território que estavam em vigor e que achava que o Plano Diretor Municipal devia enquadrar este equipamento. Para além disso fala noutro aspeto que é a questão do ónus existente dizendo que face aos dados que existiam o Partido Socialista não podia votar favoravelmente. -----

--- A este propósito o senhor **Vereador Rui Barreiro** realçou que os dados que constam na descrição predial referem que se destinam única e exclusivamente à implantação de um empreendimento turístico e que tem uma cláusula penal relativamente ao cumprimento de determinado tipo de matéria. -----

--- Questionou a razão porque nesta proposta a Assembleia Municipal não é chamada a pronunciar-se. -----

--- Questionou, igualmente, sobre o motivo do município fazer esta proposta de retirada do ónus unilateralmente e o proprietário que será eventualmente o mais interessado no problema não pedir essa retirada do ónus. -----

--- Acrescentou que para além da questão do ordenamento do território que refere que está inscrito na certidão que só deve servir para turismo, há a questão da cláusula penal e, portanto, está-se a falar de receitas que o município deixa de receber, independentemente do valor. -----

--- Estranhou que este assunto possa ser só resolvido a nível do Executivo Municipal quando assuntos em que o município prescinde de receitas ou faz alguma alteração do ponto de vista do ordenamento do território, são habitualmente remetidos à Assembleia Municipal para se pronunciar. -----

--- O senhor **Presidente** confirmou que efetivamente se passaram dois anos e recordou as reuniões mantidas sobre esta matéria, acrescentando que o processo que se está a apresentar é o mesmo e lamenta, como lamentou na altura o voto desfavorável da oposição porque este processo teria avançado e não estava ferido de ilegalidade tal como disse e como foi dito pelos técnicos pelo então Vereador Luís Farinha. -----

--- Salientou que se preconiza a implantação da construção numa zona de espaço verde de enquadramento onde é permitido construir até quinze por cento. Referiu que o “T” turismo é um ónus que o próprio município retira, que criou e pode retirar, conforme resulta da leitura do parecer jurídico. Acrescentou que do ponto de vista das suas competências este assunto não precisaria de ser presente em reunião de Câmara. -----

--- No que se refere à questão da cláusula penal sublinhou que o processo não deu origem a alvará de licença de construção, inibindo a aplicabilidade das referidas cláusulas penais conforme se pode ler na informação técnica de treze de agosto do Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo. -----

--- Salientou a importância deste investimento em Santarém e disse estar muito tranquilo relativamente às propostas apresentadas, considerando que as informações e pareceres são muito claros. -----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** insistiu na necessidade de o processo ser presente

em Assembleia Municipal tendo o senhor **Presidente** explicado que não se está a abdicar de quaisquer receitas porque nunca foram aplicadas penalidades. -----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** questionou ainda sobre a razão de ser o Município a propor o cancelamento do ónus e não o proprietário a apresentar esse pedido, ou seja, porque é que hoje são presentes dois pontos para deliberar – o cancelamento do ónus e a aprovação da informação prévia – referindo que no passado não houve a questão do cancelamento do ónus, portanto, na sua opinião, eventualmente, não estaria em condições de ser deliberado então. Acrescentou que se era tão urgente porque é que só agora é presente em reunião, até porque na prática a informação é a mesma e o suporte jurídico também é o mesmo.-----

--- O senhor **Presidente** esclareceu que se trata de um novo pedido de informação prévia, tendo decorrido toda a tramitação habitual e sido recolhidos os pareceres das diversas entidades. Acrescentou que o cancelamento de ónus não precisava de ser presente em reunião. A seguir, a seu pedido, o senhor **Arquiteto Paulo Cabaço, Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, prestou os seguintes esclarecimentos:-----

--- “Começou por referir que as razões que levaram à inscrição do ónus e das cláusulas penais na última escritura que a Câmara celebrou são substancialmente diferentes das iniciais. Sublinhou que, conforme se pode ver através da documentação que foi disponibilizada para a reunião, o cuidado que a Câmara teve em tratar deste assunto advém do facto do terreno ter sido comprado pela Câmara e entregue a uma empresa para explorar um empreendimento turístico. Disse ser esta, verdadeiramente, a génese da questão. Referiu que essa realidade foi salvaguardada para que na altura não houvesse nenhum tipo de falha e que de alguma forma saísse prejudicado o município. Realçou que foram até, por sucessivas deliberações de Câmara, transportadas cláusulas penais e o ónus para a escritura e até o documento de posse tem escrito estas salvaguardas.-----

--- Prosseguiu referindo que a realidade mudou substancialmente, a última escritura em que a Câmara cedeu o direito pleno de posse mudaram substancialmente e houve o cuidado por parte do Executivo em manter as cláusulas penais e até reforçá-las mas na realidade estas cláusulas salvaguardam que se manteria a vontade de ver naquele local

um empreendimento turístico e neste momento essa vontade não existe, aliás não existe nada basicamente porque a Câmara em dois mil e treze diligenciou no sentido de corresponder às questões levantadas em Assembleia Municipal, e deliberou a demolição por parte do proprietário daquela estrutura que não teve condições de subsistência.-----

--- No seu entender, o município, atualmente, não tem interesse em ter naquele local um empreendimento turístico e todas as razões estão subjacentes às informações técnicas. Explicou de forma sucinta essas razões, recordando deliberações tomadas pela Câmara Municipal.-----

--- Disse haver uma diferença substancial da realidade acrescentando que a Câmara já não é neste momento proprietária do bem imóvel, já o transmitiu a bem e, relativamente a estar a exercer esta autoridade e manter esta obrigação a terceiros disse que o parecer jurídico é claro sobre isso. -----

--- Respondendo a questão colocada pelo senhor Vereador Rui Barreiro relativamente à atual implantação do hospital disse que na sua informação menciona de uma forma exata que a localização do futuro hospital não está sujeita à condicionante REN.-----

--- Disse ter discutido esse assunto com os colegas projetistas que não querem verdadeiramente nada na zona REN, seria só a extensão de uma zona de estacionamento. Frisou que toda a implantação do edifício ocorre numa zona que não está sujeita à condicionante REN, até porque é uma encosta, virada para uma zona onde passam infraestruturas. Sublinhou que, para além das questões da delimitação do terreno e das características do terreno, a proximidade às infraestruturas é vital e importantíssima, ou seja está num local que pode potenciar e aproveitar claramente as infraestruturas existentes. Esta é uma das razões da localização naquele lugar, concluiu. -----

--- Após mais alguma troca de impressões o senhor Presidente submeteu o assunto a votação tendo a **Câmara deliberado**: -----

--- **Um)** Por maioria, com cinco votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores Nuno Serra, Inês Barroso, Ricardo Rato e Cristina Martins e quatro votos contra dos senhores Vereadores Rui Barreiro, José Santos, Virgínia Esteves e João Seabra, autorizar o cancelamento do ónus no registo, por acordo, do inscrito “o terreno destina-se única e

exclusivamente à implantação de um empreendimento turístico”, por razões objetivas de interesse público, atento o desiderato declarado de construção de uma unidade de saúde de natureza hospitalar, em Encostas da Carmona, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, com fundamento nos pareceres e informações técnicas emitidas. -----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** declarou que o Partido Socialista vota contra considerando as declarações que fez sobre esta matéria e considerando não estarem esclarecidas cabalmente todas as matérias. -----

--- **Dois)** Por maioria, com cinco votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores Nuno Serra, Inês Barroso, Ricardo Rato e Cristina Martins e quatro abstenções dos senhores Vereadores Rui Barreiro, José Santos, Virgínia Esteves e João Seabra, informar o requerente de que a sua pretensão é viável para construção de edificação/instalação de um equipamento de saúde/hospital privado, em Encostas da Carmona, na União de Freguesias da Cidade de Santarém, de acordo com as informações técnicas emitidas. ----

--- Foram apresentadas as seguintes **declarações de voto:** -----

--- Senhor **Vereador Rui Barreiro** – O Partido Socialista abstém-se neste ponto considerando a importância da instalação de um hospital em Santarém e lamenta não poder votar favoravelmente este pedido de informação prévia e fá-lo porque considera que as dúvidas, nomeadamente aquelas que foram expressas e que obrigaram o Partido Socialista a votar contra no ponto anterior, não permitem ainda votar favoravelmente esta iniciativa.-----

--- Senhor **Presidente** – Lamentou relativamente à questão do ónus, que era um dos argumentos invocado pelo Partido Socialista em anteriores deliberações sobre esta matéria, que hoje venha a reunião a proposta de cancelamento e o Partido Socialista vote contra.-----

--- **LICENCIAMENTOS DIVERSOS** -----

--- De **C.A.F. - CENTRO DE APOIO À FAMÍLIA**, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festas Populares, na Rua Furriel Vitor Pestana, Abitureiras, nos dias trinta e um de agosto a três de setembro de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, isentar o C.A.F. - Centro de Apoio à Família do pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festas Populares, na Rua Furriel Vitor Pestana, Abitureiras, nos dias solicitados. -----

--- De **CESAC - CENTRO SOCIAL DE APOIO Á COMUNIDADE DE CASÉVEL**, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festas tradicionais, em Largo da Comenda - recinto das festas, Casével, nos dias catorze a vinte de agosto de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que isentou o CESAC - Centro Social de Apoio á Comunidade de Casével do pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festas tradicionais, em Largo da Comenda - recinto das festas, Casével, nos dias solicitados. -----

--- De **CENTRO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVO DE ALFORZEMEL**, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festejos Anuais em Honra da Nossa Senhora da Conceição, em Alforzemel na Freguesia de Almoester, nos dias vinte e quatro a vinte e seis de agosto de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, que isentou o Centro Social Cultural e Desportivo de Alforzemel do pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festejos Anuais em Honra da Nossa Senhora da Conceição, em Alforzemel na Freguesia de Almoester, nos dias solicitados. -----

--- De **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL GANÇARIA**, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festejos Anuais em Honra de Nossa Senhora da Saúde, na Rua Nossa Senhora da Saúde, Gançaria, nos dias oito a dezasseis de setembro de dois mil e dezoito. -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, isentar a Associação Recreativa Cultural Gançaria do pagamento de taxas referente ao pedido de licença de ruído para realização de Festejos Anuais em Honra de Nossa Senhora da Saúde, na Rua Nossa Senhora da Saúde, Gançaria, nos dias solicitados. -----

-----**OUTRAS DELIBERAÇÕES**-----

--- **VEREADORES EM REGIME DE PERMANÊNCIA** -----

--- Pelo **senhor Presidente** foi presente a **Proposta número trinta e cinco**, de vinte e nove do corrente, do seguinte teor: -----

--- “Nos termos da alínea c) do número um do artigo cinquenta e oito da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro, compete ao Presidente da Câmara Municipal decidir sobre a existência de vereadores em regime de tempo inteiro e fixar o seu número, no caso do Município de Santarém, até ao limite de dois. -----

--- Nos termos do número dois, do artigo cinquenta e oito, do mesmo diploma legal, compete à Câmara Municipal, fixar o número de vereadores em regime de tempo inteiro e meio tempo que exceda os limites previstos no número anterior. -----

--- Assim, proponho à Excelentíssima Câmara Municipal a possibilidade de fixar em três o número total de Vereadores em regime de tempo inteiro.” -----

--- O Senhor **Vereador Rui Barreiro** questionou sobre a justificação para esta alteração, dado que no início do mandato foi apresentada a proposta à Câmara Municipal no sentido de existirem, para além do senhor Presidente, dois Vereadores a tempo inteiro e um Vereador a meio tempo. Declarou que o PS - Partido Socialista não vislumbra grandes alterações, considerando até que houve um reforço dos apoios aos Vereadores, pelo que não entende o motivo desta proposta nesta altura do mandato. -----

--- O **senhor Presidente** disse ser possível em qualquer momento apresentar propostas no sentido de reforçar o número de vereadores a tempo inteiro, como aliás já aconteceu noutros mandatos. Disse considerar importante ter mais um vereador a tempo inteiro face ao aumento de trabalho, designadamente no que se refere a candidaturas a Fundos Comunitários e novos projetos em desenvolvimento. -----

--- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores Inês Barroso, Ricardo Rato e Cristina Martins e cinco votos contra dos senhores Vereadores Nuno Serra, Rui Barreiro, José Santos, Virgínia Esteves e João Catela não aprovar a proposta do senhor Presidente. -----

**--- EMISSÃO DE CERTIDÃO - ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) AO ABRIGO DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUARENTA E CINCO, DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF), REQUERIDO PELA PROPRIETÁRIA DO PRÉDIO SITO NA RUA JOSÉ PAULO, NÚMEROS TRINTA E QUATRO E TRINTA E SEIS, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM**-----

--- Pela **Secção de Contabilidade**, foi presente a informação número dezanove/dois mil e dezoito, de dois do corrente, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência da receção na Secção de Contabilidade da informação técnica de onze de junho de dois mil e dezoito, relativa ao processo número trinta e cinco-dois mil e dezasseis/oitenta e um, que propõe o deferimento do pedido de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) ao abrigo do número um, do artigo quarenta e cinco, do estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), cumpre-me informar o seguinte: -----

--- A isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis foi requerida junto do Município de Santarém pela senhora Maria Adelaide Jesus Almirante Gaspar, que efetuou obras de conservação no edifício de que é proprietário, sito na Rua José Paulo, números trinta e quatro e trinta e seis, da União de freguesias da cidade de Santarém, concelho de Santarém, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santarém sob o número 2369/20150917/Marvila e inscrito na matriz predial Urbana sob o artigo matricial número cento e vinte, da referida União de Freguesias. -----

--- De acordo com a Informação Técnica de onze de junho de dois mil e dezoito e os documentos em anexo que a fundamentam, foram realizadas obras de conservação no imóvel mediante o Alvará de Licenciamento de Obras de Conservação número oitenta e sete/dois mil e dezassete, datado de sete de abril de dois mil e dezassete, de acordo com a estratégia de reabilitação urbanística e encontram-se concluídas desde sete de abril de dois mil e dezoito, conforme termo de responsabilidade do diretor de Fiscalização, de vinte e seis de abril de dois mil e dezoito. -----

--- Mais se informa que, o prédio em causa se encontra inserido no perímetro urbano de Santarém, classificado em área urbana a preservar, e também nos limites do Centro

histórico da cidade de Santarém, conforme documentação em anexo ao processo de obras. -----

--- Propondo-se: -----

--- A isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis, pelo período de três anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, compreendendo os anos de dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte e aplicável à totalidade do imóvel; -----

--- O Edifício em referência encontra-se dispensado de certificação energética, conforme Certificação urbanística/energética, não sendo aplicável o cumprimento da atribuição de classe energética superior à anterior, em pelo menos dois níveis, de acordo com o parecer técnico, face às restrições que condicionam as alterações dos edifícios no centro histórico. -----

--- Neste âmbito, informa-se que o Município de Santarém com a atribuição da referida isenção prescinde de receita de Imposto Municipal sobre Imóveis, no montante de quinhentos e cinco euros e noventa e cinco cêntimos (cento e sessenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos/ano). -----

--- Face ao exposto, e de acordo com as informações técnicas supracitadas, os requisitos para atribuição de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis, nos termos da legislação referenciada, encontram-se preenchidos. -----

--- É o que me cumpre informar, deixando o assunto à consideração superior.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar Maria Adelaide Jesus Almirante Gaspar, do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis ao abrigo do número um, do artigo quarenta e cinco do Estatuto dos Benefícios Fiscais, pelo período de três anos (dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte), referente ao do prédio sito na Rua José Paulo, números trinta e quatro e trinta e seis, em Santarém, com os fundamentos expostos na informação atrás transcrita, prescindindo da correspondente receita no montante de quinhentos e cinco euros e noventa e cinco cêntimos. -----

--- Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal, para apreciação e votação, nos termos do número dois do artigo dezasseis da Lei número setenta e três/dois

mil e treze, de três de setembro.-----

--- **EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO PASSOS CANAVARRO - ARTE, CIÊNCIA E DEMOCRACIA – RATIFICAÇÃO**-----

--- Foi presente a **Proposta número trinta e quatro**, do **senhor Presidente**, de treze do corrente mês, que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que:-----

--- Nos termos do número quatro do artigo vinte e quatro dos Estatutos da Fundação Passos Canavarro - Arte, Ciência e Democracia, o Município de Santarém foi consultado acerca da decisão de extinção da Fundação e consequente transmissão dos bens para o seu Fundador. -----

--- Conforme previsto no número dois do artigo vinte e quatro dos referidos estatutos, o Conselho-Geral da Fundação Passos Canavarro, é a entidade competente para, sob proposta do Conselho de Administração, propor a extinção da Fundação; -----

--- Em reunião de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezoito da Administração da Fundação, foi amplamente analisada e discutida a conjuntura em que a Fundação se insere, tendo sido deliberado por unanimidade ao abrigo e nos termos do artigo vinte e quatro, dos Estatutos, propor a extinção da Fundação Passos Canavarro e, como tal, ouvir o Conselho-Geral nessa ótica. -----

--- Após a reunião do Conselho de Administração foram contactados o Ministério da Cultura, na figura do senhor Ministro Luís Filipe Castro Mendes e a Câmara Municipal de Santarém, na pessoa do seu Presidente, doutor Ricardo Gonçalves, solicitando-se parecer de ambos acerca da dita extinção e consequente transmissão dos bens para o seu Fundador, tal como previsto no número quatro do artigo vinte e quatro dos supramencionados estatutos. -----

--- Estando o Ministério da Cultura, assim como a Câmara Municipal representados no Conselho-Geral foi-lhes solicitado, o envio dos respetivos pareceres para anexar ao processo de extinção. -----

--- Não obstante a extinção da Fundação, considera-se do maior interesse a manutenção da Casa-Museu Passos Canavarro, criada em dois mil e onze e que reúne todos os bens

transmitidos pelo Fundador, assim como as doações realizadas a favor da Fundação;-----

--- Assim entenderam os membros em reunião do Conselho-Geral, no sentido de proceder à extinção da Fundação, operando-se a transmissão desses bens para o seu Fundador, facto que permitirá a continuação da existência e objetivos da Casa-Museu; --

--- Esta solução foi reconhecida como a mais adequada na dita reunião do Conselho Geral da Fundação, por parte de todos os seus elementos, incluindo os representantes dos organismos da tutela. -----

--- Conforme solicitação dos representantes da Fundação, a emissão da declaração em anexo assumiu carácter de urgência, dada a demora na tramitação legal de extinção da Fundação, devendo a mesma ser ratificada na próxima reunião do Executivo municipal.

--- Assim, tenho a honra de propor a Câmara Municipal que delibere não se opor à extinção da Fundação Passos Canavarro - Arte, Ciência e Democracia e consequente transmissão dos bens para o seu Fundador, sem embargo de se considerar da maior importância cívica e cultural a manutenção da Casa-Museu Passos Canavarro. -----

--- Mais se propõe que a declaração seja ratificada nos termos supramencionados.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar termos da declaração emitida pelo senhor Presidente em vinte do mês findo, em como o Município de Santarém não se opõe à extinção da Fundação Passos Canavarro - Arte, Ciência e Democracia e consequente transmissão dos bens para o seu fundador, sem embargo de se considerar da maior importância cívica e cultural a manutenção da Casa-Museu Passos Canavarro. ----

--- **OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA - ASSOCIAÇÃO TIME4SATISFACTION - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS** -----

--- Foi presente a informação da **Secção de Receitas**, do seguinte teor:-----

--- “Tendo o requerimento formulado pela Time4satisfaction - Associação, para a realização de evento denominado "zumbacolor", no Campo Emílio Infante da Camara, no dia 01 de setembro, sido alvo de despacho de deferimento do senhor Vereador Jorge Rodrigues, em dezassete de agosto de dois mil e dezoito, propõe-se que o pedido de isenção de pagamento de taxas de ocupação de espaço público seja alvo de apreciação em reunião do Executivo Municipal. -----

--- Por se tratar de uma associação sem fins lucrativos, é passível de isenção ou redução de cinquenta por cento do valor das taxas, conforme previsto na alínea a), do Número dois, do artigo vinte e um, conjugado com o artigo vinte e um A, Capítulo IV do Regulamento Taxas do Município de Santarém, sugerindo-se que possa a entidade ser alvo, em sede de reunião do Executivo Municipal, de isenção ou redução de pagamento das taxas, calculadas nos termos do artigo vinte e três número cinco alínea a) da tabela de taxas em vigor, no valor de seiscentos e quinze euros e apuradas conforme nota de liquidação abaixo.-----

--- Nota de liquidação (Artigo oitavo, número dois, Regulamento de Taxas) -----

--- Outras ocupações de espaço público (Artigo vinte três, número cinco, alínea a)): -----

--- Trezentos metros vezes um dia vezes dois euros e cinco cêntimos = seiscentos e quinze euros.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a Associação Time4satisfaction do pagamento das taxas de ocupação da via pública com o evento “Zumbacolor”, no Campo Emílio Infante da Câmara, no próximo dia um de setembro, no montante de seiscentos e quinze euros.-----

--- **DEVOLUÇÃO DE TAXAS URBANÍSTICAS - PROCESSO DE OBRAS NÚMERO UM-DOIS MIL E DEZASSETE/VINTE E NOVE** -----

--- Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente a informação número quatro mil cento e oitenta e seis, de doze de fevereiro último, da **Coordenadora Técnica da Secção de Obras Particulares**, do seguinte teor: -----

--- “No âmbito do processo de obras número um-dois mil e dezassete/vinte e nove, em nome da Associação Solidariedade Social e Melhoramentos de Amiais de Baixo, foi efetuada, indevidamente, transferência bancária, para a conta do Município, no valor de dezoito euros e vinte cêntimos, referente a taxa devida pela entrega de elementos, que só é cobrada em fase de saneamento liminar do pedido, que não se aplica no presente caso.

--- Atendendo ao exposto, solicita-se que possa ser devolvida a importância de dezoito euros e vinte cêntimos, para o IBAN do ordenante.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a devolução do montante de

dezoito euros e vinte cêntimos à Associação Solidariedade Social e Melhoramentos de Amiais de Baixo, pago indevidamente no âmbito do processo de obras número um-dois mil e dezassete/vinte e nove. -----

**--- DEVOLUÇÃO DE TAXAS URBANÍSTICAS - PROCESSO NÚMERO TRINTA E CINCO-DOIS MIL E DEZOITO/VINTE**-----

--- Foi presente carta de Jorge dos Santos Martins Alves, solicitando a devolução de taxas urbanísticas pagas de acordo com o disposto no número seis do artigo cento e cinquenta e sete, do RMUE - Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, na sequência da execução de obras de conservação objeto do processo de obras número trinta e cinco-dois mil e dezoito/vinte. -----

--- Na sequência desta carta foi presente informação da Divisão de Planeamento e Urbanismo, de trinta e um do mês findo, procedendo à análise do pedido e que, tendo em consideração o cumprimento do disposto nos artigos cento e cinquenta e sete e cento e dezassete do RMUE - Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, sugere que seja autorizado o reembolso de noventa por cento das taxas aplicáveis. -----

--- A Câmara, em face da informação favorável, deliberou, por unanimidade, concordar com o reembolso de noventa por cento das taxas urbanísticas pagas pelo requerente do processo número trinta e cinco-dois mil e dezoito/vinte no montante de cento e setenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos, de acordo com os artigos cento e cinquenta e sete e cento e dezassete do RMUE - Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação. ----

**--- IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO - PORTUGAL + IGUAL (ENIND) - PROSECUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL ATRAVÉS DE TRÊS PLANOS MUNICIPAIS**-----

--- Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente a informação número doze mil e três, de dezoito de julho findo, da **Divisão de Ação Social e Saúde**, a qual se dá aqui por reproduzida (documento I), ficando cópia anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante. -----

--- Sobre este assunto usaram da palavra: -----

--- **Senhor Presidente** – Referiu que a Câmara Municipal de Santarém já tinha um Plano para a igualdade de género que agora é reforçado e revisto com a implementação de mais dois planos. -----

--- **Senhor Vereador Rui Barreiro** – Solicitou mais alguns esclarecimentos para além das estatísticas, sobre o que se pretende efetivamente melhorar.-----

--- **Senhor Presidente** – Relativamente ao que tem sido não só a estratégia do Município, mas também a estratégia nacional em relação à igualdade em várias áreas, o Município de Santarém, no anterior mandato, começou por desenvolver um Plano Municipal para a Igualdade de Género. Desde a alteração da forma de comunicação e da tramitação, foram também desenvolvidas políticas que levem a que isso seja uma realidade em vários patamares do dia-a-dia da sociedade. -----

--- Sublinhou que se tem vindo a trabalhar nestes dois novos planos, designadamente o Plano Municipal de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra Mulheres e à Violência Doméstica e o Plano Municipal de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais, relativamente à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, entidade que tutela a nível nacional e para onde posteriormente estes planos irão ser remetidos.---

--- Um deles resulta do trabalho do dia-a-dia, nomeadamente o Plano Municipal de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra Mulheres e à Violência Doméstica, em que as Comissões, duas vezes por ano, apresentam os resultados da criminalidade. Salientou que nos últimos anos, há um crime que tem vindo a ressaltar que é a violência doméstica não só contra mulheres. O Município de Santarém tem desde dois mil e sete um trabalho com a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima que tem dado resultados. -----

--- Aproveitou para informar que Santarém foi o primeiro concelho da Lezíria a trabalhar com a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e está, neste momento, a tentar que a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima celebre protocolo com a CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo no sentido de trabalhar com os outros concelhos, sendo certo, que cinquenta por cento dos trabalhos

que os técnicos desta associação desenvolviam não eram no concelho de Santarém mas sim nos concelhos vizinhos. -----

--- Senhor **Vereador Rui Barreiro** – Manifestou o agrado do PS - Partido Socialista perante estas iniciativas esperando que contribuam, não só para o acompanhamento, mas também para a redução de algumas destas matérias, sendo sempre bom que os Municípios entonquem nas estratégias nacionais relacionadas com estas áreas. Muitas vezes se fala na importância dos municípios na concretização das políticas nacionais e este é um exemplo, ficando satisfeito com esta adesão. -----

-- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a implementação dos princípios atinentes à Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual (dois mil e dezoito/dois mil e trinta), aprovando os princípios orientadores insertos na informação número doze mil e três, de dezoito de julho último, da Divisão de Ação Social e Saúde, bem como o II Plano Municipal de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens da Câmara Municipal de Santarém, o I Plano Municipal de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra Mulheres e à Violência Doméstica e o I Plano Municipal de Ação para o Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais. -----

--- **PROGRAMA EXCECIONAL DE APOIO À COMUNIDADE DO PINHEIRO DAS AREIAS - VALE DE SANTARÉM - PROJETO PILOTO DE INTEGRAÇÃO À COMUNIDADE, EM DESENVOLVIMENTO** -----

--- Pela **Divisão de Ação Social e Saúde** foi presente a informação número catorze mil duzentos e trinta e dois, de vinte e nove do corrente, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência do processo referente ao assunto supramencionado, envio em anexo o “Programa Excecional de Apoio à Comunidade Pinheiro das Areias”. -----

--- Mais se informa na sequência da informação número dezoito mil quinhentos e dezassete, do passado dia vinte e dois dezembro, do ofício enviado em onze de janeiro passado, versando o assunto supra referenciado, da informação número quinhentos e setenta e dois, de doze de janeiro passado, da informação número dois mil e quarenta e

oito, de cinco de fevereiro passado, e das reuniões efetuadas individualmente com cada Agregado Familiar na Santa Casa da Misericórdia de Santarém (SCMS), onde estiveram presentes Técnicas da Segurança Social de Santarém, Câmara Municipal de Santarém (CMS), Instituto do Emprego e Formação Profissional de Santarém e da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, no sentido se proporcionar uma resolução para a questão da habitação, em fase de processo para despejo, movido pelo proprietário do terreno: -----

**--- A. Residentes em Pinheiro das Areias Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI); -----**

--- \* Entre o passado mês de abril e maio, foram atendidos doze Agregados Familiares, beneficiários de Rendimento Social de Inserção;-----

--- \* Foi solicitado e proposto a cada representante dos Agregados Familiares que fossem autónomos e que num período de quinze dias procedessem à procura de uma habitação para arrendamento no mercado privado, no Concelho de Santarém, e que numa próxima reunião levassem os resultados da procura ativa; -----

--- \* Foi-lhes informado que a Segurança Social atribuiria o valor da caução normalmente exigida pelos arrendatários, e o primeiro mês do valor da renda mensal; ---

--- \* Foi feita referência ao proposto no ofício enviado em dezembro dois mil e dezassete pela Câmara Municipal de Santarém, sobre o apoio no pagamento de cinquenta por cento do valor da renda mensal, conforme o Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídio ao arrendamento a Estratos Sociais Desfavorecidos; -----

--- \*Foram informados que no âmbito do “programa excecional de apoio à comunidade do Pinheiro das Areias (projeto piloto de integração à comunidade, em desenvolvimento)”, sobre a norma transitória, ao Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídio ao arrendamento a Estratos Sociais Desfavorecidos, com a majoração de mais seis meses no pagamento de cinquenta do valor da renda mensal, perfazendo um período total de doze meses;-----

--- \* Posteriormente aos quinze dias, os Agregados Familiares foram de novo recebidos, individualmente, no sentido de ser percebido o resultado da procura de habitação;-----

--- \* Das reuniões efetuadas com os Agregados Familiares supramencionados, foi

unanime a referência de que não tinham conseguido quem se interessasse em fazer-lhes o arrendamento de uma habitação devido à sua etnia; -----

--- \* Em sede das reuniões efetuadas constatou-se que o Agregado Familiar número onze, não reside em Pinheiro das Areias; -----

--- \* No presente momento nenhum dos onze Agregados Familiares, beneficiários de Rendimento Social de Inserção, residentes em Pinheiro das Areias conseguiu o arrendamento de uma habitação. -----

--- **B. Residentes em Pinheiro das Areias acompanhados pela equipa da Redes Locais de Intervenção Social (RLIS) – CVP de Santarém:** -----

--- \* São quatro Agregados Familiares residentes em Pinheiro das Areias acompanhados pela equipa da Redes Locais de Intervenção Social (RLIS) - Cruz Vermelha Portuguesa de Santarém; -----

--- \* A representante de um dos Agregados Familiares, número quatro, faleceu; -----

--- \* Um agregado familiar conseguiu arrendar uma habitação; -----

--- \* No presente momento, a situação de dois Agregados Familiares, continua por ser resolvida em termos de habitação. -----

--- **C. Registo em agosto, da situação dos Agregados Familiares, acompanhados pelas Redes Locais de Intervenção Social (RLIS) – Cruz Vermelha Portuguesa Santarém:** -----

--- \* O Agregado Familiar número dez, continua sem habitação; -----

--- \* O Agregado Familiar número cinco, passou a ser beneficiário de Rendimento Social de Inserção. -----

--- **D. Registo em agosto, da situação dos doze Agregados Familiares, beneficiários de Rendimento Social de Inserção:** -----

--- \* O Agregado Familiar número dois, arrendou casa no Vale de Santarém e está a beneficiar de apoio no pagamento de cinquenta por cento do valor da renda mensal (o processo foi deliberado em reunião do Executivo Municipal no passado dia vinte de agosto); -----

--- \* O Agregado Familiar número treze, arrendou casa em Santarém e está a beneficiar

de apoio no pagamento de cinquenta por cento do valor da renda mensal (o processo foi deliberado em reunião do Executivo Municipal no passado dia vinte de agosto);-----

--- \* Quanto aos agregados familiares identificados com os números um, três, cinco, seis, sete, oito, nove, doze, catorze e quinze (conforme a tabela anexa, referente ao apuramento dos residentes em Pinheiro das Areias), não há indicação de terem arrendado uma habitação.-----

--- Refere-se ainda, na presente informação, o disposto no âmbito do programa excecional de apoio à comunidade do Pinheiro das Areias (projeto piloto de integração à comunidade, em desenvolvimento):-----

--- \* a norma transitória, ao Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídio ao Arrendamento a Estratos Sociais Desfavorecidos, com a majoração de mais seis meses no pagamento de cinquenta por cento do valor da renda mensal, perfazendo um período total de doze meses;-----

--- \* trabalhar a inclusão da comunidade Pinheiro das Areias, na comunidade geral do Município de Santarém;-----

--- \* Prevenir e enfrentar situações de rutura e de exclusão social.-----

--- Mais se informa que estão em condições de serem apoiados no âmbito deste programa excecional as famílias cujos processos foram deliberados na reunião do Executivo Municipal do passado dia vinte, pelo facto de terem membros dos agregados familiares inseridos em formação profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional.” -----

--- O **senhor Presidente** declarou que este é um projeto piloto de integração que está em desenvolvimento e que foi falado com a Segurança Social e a Junta de Freguesia, em que o Município de Santarém tem uma decisão do tribunal no sentido de que no próximo dia sete de setembro, algumas das pessoas que estão num acampamento no Vale de Santarém, saiam desse local. -----

--- Referiu que, do ponto de vista dos regulamentos e com este programa excecional de apoio, o Executivo espera ir ao encontro das necessidades, sendo certo que, já na anterior reunião deste Executivo foi aprovado o apoio a duas famílias que estão integradas neste

plano. Está-se também a agilizar com o Centro de Emprego, no sentido de que duas dessas pessoas venham a trabalhar no Município de Santarém ou num outro qualquer. --

--- O **senhor Vereador Rui Barreiro** – Disse entender a intenção do Município fazendo sentido, não só para esta comunidade, mas também para outras que venham a necessitar. Lembrou também a importância de se continuar a acompanhar as famílias de refugiados existentes no concelho, esperando que as questões relacionadas com o ensino da língua portuguesa e outras, se mantenham de uma forma ativa porque o Município tem algumas responsabilidades, dade ser um município acolhedor de refugiados e de boas práticas de não discriminação. Os eleitos do PS - Partido Socialista irão votar favoravelmente por considerarem que é importante que o Município tenha estas iniciativas, não só nestas comunidades, mas também noutras reforçando a questão dos refugiados. Salientou que nem sempre a Administração Central está “formatada” no sentido de dar os apoios necessários, e os municípios tem mais flexibilidade podendo, por vezes, acabar por resolver as dificuldades, nomeadamente no ensino do português. -----

--- O **senhor Presidente** – Informou que o Município de Santarém tem trezentas e doze casas de habitação social, sendo mais de mil pessoas que estão nessas casas. O Município está a desenhar um plano para que, até dois mil e vinte e um, sejam requalificadas todas as casas de habitação social património deste Município. Disse existirem fundos comunitários para algumas delas, como é o caso das casas da Ribeira de Santarém, Vale de Estacas e de Alfange. Todas aquelas que tiverem necessidade de intervenção serão intervencionadas, estando a ser feito o levantamento dessas necessidades pelo Departamento Técnico e Gestão Territorial e pela Divisão de Ação Social e Saúde. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Programa Excecional de Apoio à Comunidade Pinheiro das Areias – Vale de Santarém, conforme proposto pela Divisão de Ação Social e Saúde. -----

--- No seguimento das deliberações tomadas na reunião do Executivo Municipal, realizada em vinte do corrente mês, deliberou, por unanimidade, conceder, no âmbito do Programa agora aprovado, um apoio ao arrendamento correspondente a cinquenta por

cento do valor da renda mensal, durante mais seis meses, a ser pago diretamente ao proprietário, às requerentes residentes em: -----

--- - Travessa Casal Mimoso, número seis, primeiro B, freguesia do Vale de Santarém, um apoio ao arrendamento, no montante de noventa euros mensais;-----

--- - Estrada nacional trezentos e sessenta e cinco, Vivenda Santa Filomena, rés-do-chão e primeiro andar, Santarém, no montante de cento e cinquenta euros mensais.-----

--- **ALTERAÇÕES DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE AMIAIS DE BAIXO**----

--- Foi presente o parecer do **Técnico de Trânsito** de dezasseis do corrente, que se transcreve:-----

--- “No seguimento de e-mail de nove de janeiro de dois mil e dezoito, a **Junta de Freguesia de Amiais de Baixo** solicita o estudo de viabilidade para implementação de sentido único nos arruamentos: rua D. Afonso Henriques e rua Sacadura Cabral, localizados na localidade de Amiais de Baixo, pelo facto, destes possuírem uma largura muito reduzida, criando conflitos entre os condutores no cruzamento entre veículos.-----

--- Nesse sentido, efetuou-se visita técnica ao local, acompanhado pelo presidente de Junta de Freguesia, senhor Duarte Nuno Frazão Neto, em vinte de abril de dois mil e dezoito, na qual foi obtida a informação necessária acerca das características das vias e do tráfego local, pelo que, após análise desta situação e em função dos fluxos de trânsito, considera-se que a implementação de sentido único nos arruamentos em apreço tenderá a melhorar as acessibilidades rodoviárias e pedonais, uma vez que estes arruamentos não possuem passeios.-----

--- Com efeito, e tendo em consideração todas as informações obtidas, no que diz respeito aos volumes de tráfego afetos aos arruamentos em análise, entendeu-se promover a implementação de sentido único, nos seguintes sentidos de circulação:-----

- Rua D. Afonso Henriques – SO (sudoeste) – NE (nordeste);-----

- Rua Sacadura Cabral – NO (noroeste) – SE (sudeste).-----

--- Dando continuidade a este assunto, elaborou-se proposta, contendo as seguintes peças desenhadas:-----

--- Um - Planta de localização;-----

- Dois - Planta de sinalização – rua Sacadura Cabral; -----
- Três - Planta de sinalização – rua D. Afonso Henriques;-----
- Quatro - Pormenores de execução. -----
- Posteriormente, em vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, foi enviado e-mail, com a proposta (peças desenhadas) solicitando à Junta de Freguesia a sua aprovação em reunião de Assembleia de Freguesia e envio da cópia da ata (MyDoc número dezasseis mil e vinte e cinco, anexo a este processo).-----
- Em face do exposto e aprovada a proposta em sessão da Assembleia de Freguesia, em vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, considera-se que a proposta de alteração da tipologia da circulação rodoviária para os arruamentos em apreço, consistindo na alteração de dois sentidos de circulação para sentido único, reúne condições para ser submetida a aprovação pelo Executivo Municipal.-----
- Proposta: -----
- Implementação de sentido único, em conformidade com as peças desenhadas, nos seguintes arruamentos e sentidos:-----
- Um - Rua Dom Afonso Henriques – sentido: SO (sudoeste) – NE (nordeste), localidade de Amiais de Baixo; -----
- Dois - Rua Sacadura Cabral – sentido: NO (noroeste) – SE (sudeste), localidade de Amiais de Baixo.”-----
- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a implementação de sentido único nas Ruas Afonso Henriques, sentido sudoeste-nordeste e Sacadura Cabral, no sentido noroeste-sudeste, na freguesia de Amiais de Baixo, de acordo com as peças desenhadas que aqui se dão por reproduzidas, ficando cópia anexa à ata (documento II), dela fazendo parte integrante. -----
- **HASTA PÚBLICA PARA CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE BEM DO DOMÍNIO PÚBLICO - CAFETARIA E ESPLANADA ADJACENTE, SITA NO JARDIM DA REPUBLICA, EM SANTARÉM - NÃO ADJUDICAÇÃO**-----
- Em continuação do deliberado na reunião do Executivo Municipal, realizada em treze

de julho último, sobre o assunto em epígrafe, foi presente a informação do **Chefe da Divisão de Finanças** do seguinte teor: -----

--- “No seguimento do despacho do dia vinte e três de agosto de dois mil e dezoito do senhor Vereador Jorge Rodrigues, proponho que este assunto seja agendado para a reunião de Câmara, para que o Executivo delibere: -----

--- **Um)** A **caducidade da adjudicação da concessão do uso privativo da cafetaria e esplanada adjacente, sita no Jardim da República, em Santarém, à empresa Sabor Malabarista Unipessoal, Limitada**, considerando que a legal representante da empresa, a senhora Ana Carina Silva Duarte, declinou proceder à outorga do contrato; -----

--- **Dois)** Considerando que, ao abrigo do disposto no ponto dezassete.seis do caderno de encargos, foi aferida a disponibilidade do senhor João Carlos dos Santos Queirós, dado que o mesmo apresentou, em sede de hasta pública, o lance imediatamente inferior ao valor da arrematação, no valor de mil quinhentos e quarenta euros, para explorar, através de concessão do uso privativo, a cafetaria e esplanada adjacente, sita no Jardim da República e que o mesmo declinou a adjudicação provisória, conforme email em anexo, **não proceder à adjudicação provisória ao interessado que apresentou a proposta imediatamente inferior ao valor da arrematação**, permitindo, assim, o início imediato de novo procedimento, ao abrigo do disposto no ponto dezassete.dez do caderno de encargos; -----

--- **Três)** Considerando o exposto no ponto dezassete.sete: “*Em caso de anulação da adjudicação ou de não adjudicação por causa imputável ao interessado, o Município de Santarém reserva-se o direito de debitar os custos com o procedimento, bem como os lucros cessantes por via da não adjudicação ao referido interessado.*” E que à data atual não é possível determinar o valor relativo aos lucros cessantes que decorrem da não adjudicação à entidade Sabor Malabarista Unipessoal, Limitada, **suspender a decisão relativa ao destino a dar à caução prestada pela referida entidade, até que sejam apurados todos os custos e os lucros cessantes, pela não adjudicação.**” -----

--- Após análise do processo, a Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a caducidade da adjudicação da concessão do uso privativo da cafetaria e esplanada

adjacente, sitas no Jardim da República, em Santarém à empresa Sabor Malabarista Unipessoal, Limitada, uma vez que a sua representante legal declinou proceder à outorga do contrato.-----

--- Mais foi deliberado não proceder à adjudicação provisória ao interessado que apresentou proposta imediatamente inferior ao valor da arrematação, conforme ponto dezassete ponto seis do caderno de encargos, uma vez que o mesmo declinou a adjudicação provisória.-----

--- Foi ainda deliberado, suspender a decisão relativa ao destino a dar à caução prestada pela referida empresa Sabor Malabarista Unipessoal, Limitada, até que sejam apurados todos os custos e os lucros cessantes pela não adjudicação, conforme disposto no ponto dezassete ponto sete do caderno de encargos.-----

--- **PROJETO GLOBAL DE ESTABILIZAÇÃO DAS ENCOSTAS DE SANTARÉM - ENCOSTA DA RIBEIRA DE SANTARÉM - ERS-QUATRO – RATIFICAÇÃO** -----

--- No âmbito da revisão efetuada ao projeto de estabilização da Encosta da Ribeira de Santarém – Encosta da Ribeira de Santarém quatro, pela empresa JetSJ Geotecnia, Limitada, o **Chefe da Divisão de Obras e Projetos** emitiu o seguinte parecer:-----

--- “O presente registo refere-se à revisão do projeto do Plano Global de Estabilização das Encostas de Santarém no que respeita ao muro da Encosta da Ribeira de Santarém quatro a construir na encosta da Ribeira de Santarém. Esta revisão, apoiada no levantamento topográfico realizado recentemente, genericamente, prevê a deslocação da implantação do muro de cerca de cinco metros para poente, em relação ao previsto no projeto inicial, afastando-o das edificações existentes, a redefinição das cotas da sapara com a criação de diversos patamares melhor encaixados na topografia real do terreno, permitindo a otimização dos trabalhos de terraplanagens e a redefinição da modelação global do terreno. Na sequência da análise efetuada pela fiscalização da empreitada, considera-se que a presente revisão do projeto reúne condições de aprovação, estimando-se que resultem cerca de mil e novecentos euros de trabalhos adicionais e cerca de sessenta e seis mil euros de trabalhos a menos. Estes valores serão avaliados e

confirmados posteriormente, para eventual contratação, uma vez que não condicionam o início dos trabalhos desta frente. Face ao exposto, e de forma a possibilitar o início dos trabalhos previstos para a Encosta da Ribeira de Santarém quatro, propõe-se a aprovação desta revisão do projeto e posterior ratificação na próxima reunião do Executivo Municipal. Mais se informa que, com a aprovação da presente revisão do projeto, o muro da Encosta da Ribeira de Santarém quatro cessa a causa da suspensão desta frente da obra.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente de vinte e dois do corrente mês que aprovou a revisão ao Projeto Global de Estabilização das Encostas de Santarém no que respeita ao muro da Encosta da Ribeira de Santarém - ERS-quatro. -----

--- **PROPOSTA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO/ALTERAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE SANTARÉM" – PORTUGAL VINTE-VINTE** -----

--- Pela **Divisão de Obras e Projetos** foi presente a informação número catorze mil cento e dezanove, de vinte e sete do corrente, do seguinte teor:-----

--- “I. Considerando que se torna necessário proceder à contratação de empreitada para Requalificação/Alteração do Mercado Municipal de Santarém, tendo em conta a impossibilidade de satisfação da necessidade por via dos recursos próprios da autarquia.

--- II. No seguimento do acima descrito, concluíram-se os elementos necessários, que se anexam, nos termos do consignado na Portaria número setecentos e um-H/dois mil e oito, de vinte e nove de julho, o projeto de execução cumpre integralmente os requisitos exigíveis na mesma, o qual foi elaborado por equipa técnica contratada, externa ao Município: -----

--- III. Para cumprimento da alínea d) do ponto dois.tres.quatro.dois do Pocal - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, a despesa referente ao presente procedimento terá de ser objeto de prévia cabimentação no orçamento do Município de Santarém para dois mil e dezoito.-----

--- IV. Para dar cumprimento ao disposto na alínea c) do número um do artigo sexto da

Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), no que à autorização prévia para assunção de compromisso plurianual diz respeito, a presente matéria, está enquadrada na Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais durante o ano de dois mil e dezoito, que foi objeto de deliberação favorável da Assembleia Municipal – aquando da aprovação dos Documentos previsionais - na sua sessão ordinária de vinte e oito de dezembro de dois mil e dezassete, conforme extrato da ata da referida sessão, cuja cópia segue em anexo. -----

--- Face ao exposto, torna-se necessário recorrer a uma entidade, que execute este tipo de trabalhos, submetendo-se à consideração superior a presente proposta de contratação, que visa essencialmente o seguinte: -----

--- **Um - Tipo de contrato:** -----

--- Contratação de Empreitada de Obras Públicas -----

--- **Dois - Objeto do contrato:** -----

--- Requalificação/Alteração do Mercado Municipal de Santarém

--- **Três - Prazo para entrega de proposta:** -----

--- Vinte e um dias -----

--- **Quatro - Prazo de execução:** -----

--- doze meses -----

--- **Cinco - Preço base contratual:** -----

--- O valor previsto para o contrato em causa é de um milhão, oitocentos e quarenta e três mil, quinhentos e oitenta e quatro euros e quinze cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

--- Os critérios que estiveram na génese da determinação do preço base foram os seguintes: -----

--- Custos médios unitários, resultantes do estudo de mercado efetuado pela equipa projetista, espelhado no mapa de medições. -----

--- **Seis - Tipo de Alvará:** -----

- a décima subcategoria da primeira categoria, na categoria correspondente ao valor da

proposta.-----

- a quinta subcategoria da primeira categoria e primeira subcategoria da quarta categoria, para os trabalhos correspondentes. -----

--- ***Sete - Tipo de procedimento a adotar:***-----

--- O Procedimento de contratação será um Concurso Público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b) do artigo dezanove do Código dos Contratos Públicos. -----

--- ***Oito - Definição de Preço (ou custo) anormalmente baixo:*** -----

--- O preço de uma proposta será considerado anormalmente baixo quando seja vinte e cinco por cento ou mais inferior ao preço base contratual.-----

--- A necessidade de fixação de preço anormalmente baixo decorre da experiência recente, que permite constatar, em anteriores procedimentos, que as empresas que apresentam preços muito baixos, ou não estudam convenientemente as peças do projeto, cometendo erros grosseiros na orçamentação da proposta, que se refletem em dificuldades acrescidas na execução do contrato, por insuficiente orçamento, ou apresentam situações financeiras muito débeis, no limiar da incapacidade financeira, não chegando sequer a assinar o contrato ou a iniciar os trabalhos após a consignação. -----

--- O critério que presidiu à fixação do preço anormalmente baixo baseou-se na avaliação dos preços, apresentados em anteriores procedimentos, que se refletiram nos problemas acima descritos. -----

--- ***Nove - Critério de adjudicação a adotar:***-----

--- A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para o Município, determinada pela modalidade “avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar”: mais baixo preço, nos termos da alínea b) do número um e do número três, ambos do artigo setenta e quatro do Código dos Contratos Públicos, tendo em conta que as peças do procedimento definem todos os restantes elementos da execução do contrato a celebrar, submetendo-se apenas à concorrência o preço a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato.---

--- Verificando-se um empate na classificação das propostas, será utilizado como critério

de desempate a escolha por sorteio, a ser realizado em condições a prever no programa de concurso.-----

--- ***Dez - Elementos que constituirão o júri do procedimento:***-----

--- • Presidente: Catarina Durão, arquiteta paisagista-----

--- • Vogal: Paulo Girão, arquiteto -----

--- • Vogal: Adriana Gamito, urbanista -----

--- • Suplente: João Duarte, arquiteto paisagista -----

--- • Suplente: Inês Alves, engenheira biotecnóloga -----

--- • Suplente: Manuel Agudo, engenheiro civil-----

--- • Suplente: Fernando Dias, engenheiro civil -----

--- Em anexo constam as declarações de inexistência de conflitos de interesses subscritas pelos futuros membros do júri, conforme dispõe o número cinco do artigo sessenta e sete do Código dos Contratos Públicos. -----

--- ***Onze - Documentos/elementos a exigir ao empreiteiro, no Programa de Concurso:***

--- Solicita-se a apresentação da constituição da equipa.-----

--- Assim face ao exposto, sugere-se a Vossa Exia., que proponha ao senhor Presidente da Câmara Municipal, caso concorde com o lançamento do procedimento de contratação em causa, o seguinte: -----

--- a) A prévia cabimentação no orçamento da autarquia do montante de um milhão, oitocentos e quarenta e três mil, quinhentos e oitenta e quatro euros e quinze cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

--- b) Nos termos e para cumprimento do previsto no número um do artigo duzentos e noventa-A do Código dos Contratos Públicos, designação da signatária como Gestora do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.” -----

--- O **senhor Presidente** salientou a importância deste assunto, aproveitando para agradecer ao arquiteto que ganhou o concurso, Paulo Durão, e aos arquitetos Pedro Gouveia, Inês Pequeno e Paulo Girão por terem acompanhado desde sempre este trabalho. -----

--- Informou que, conjuntamente com o senhor Vereador Jorge Rodrigues já reuniu com

as pessoas que estão no mercado. Disse tratar-se de uma obra que vai demorar um ano, período em que o mercado estará fechado, sendo expectável que com a deliberação de hoje, haja a consignação em abril de dois mil e dezanove desde que o concurso não fique deserto. O local apresentado como alternativa para funcionar como mercado durante esse ano é no campo Emílio Infante da Câmara, no antigo pavilhão do artesanato. Agradeceu ao arquiteto Paulo Durão pela qualidade do projeto. -----

--- Explicou aos senhores Vereadores do PS - Partido Socialista que este projeto não foi apresentado antes, apesar de já estar concluído há bastante tempo, por questões com a Direção Geral do Património Cultural. -----

--- Seguidamente, a seu pedido, o senhor arquiteto Paulo Durão procedeu à apresentação do projeto. -----

--- O senhor **Vereador José Augusto** agradeceu a apresentação feita pelo autor do projeto referindo que a ideia lhe parece uma ideia feliz, mas que poderá ter uma pequena falha. Disse não ver qualquer problema no que se refere às bancas da fruta. Estranhou, todavia, a instalação de bancas de peixe naquele espaço. Na sua opinião, a venda de peixe neste espaço que irá ficar amplo, com restauração e esplanada interior, irá criar um odor desagradável que irá afastar as pessoas. Assim, questionou se não seria de repensar, a questão das peixarias que poderiam ser colocadas nas lojas da periferia, para “não contaminar” esta zona central da praça de esplanada. -----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** disse ser com imensa satisfação que vê este projeto ser apresentado pelo arquiteto Paulo Durão. Começou por recordar a senhora Vereadora Susana Pita Soares e o Vereador Luís Farinha, que tiveram responsabilidades claras no facto de se estar hoje a assistir a esta apresentação. -----

--- Felicitou o arquiteto projetista, achando ter sido feliz a escolha do Município de Santarém ao ter optado por um arquiteto português de renome. Contrariamente à opinião do seu colega de bancada, ficou feliz com a distribuição que foi feita, bem como com a localização do Posto de Turismo, que era uma velha reivindicação do PS - Partido Socialista. Sublinhou que, na zona envolvente ao mercado há algumas obras e intervenções que tem de ser feitas, nomeadamente na circulação automóvel e

estacionamento, que são essenciais para garantirem o sucesso em que este polo de atração de Santarém pode vir a tornar-se. -----

--- Destacou que está satisfeito por se estar hoje aqui a analisar esta proposta, a qual o PS - Partido Socialista irá votar favoravelmente, desejando que rapidamente as obras se concluam, para haver mais um espaço requalificado no concelho de Santarém. Espera que após o desenvolvimento do projeto por um arquiteto de qualidade, surja também uma empresa de qualidade para o executar, porque é muito importante que as boas ideias também sejam depois bem implementadas para que, passado pouco tempo, não se esteja com problemas.-----

--- Referiu que o atual Mercado Municipal de Santarém envergonha qualquer Scalabitano, independentemente de ter ou não responsabilidades políticas e, por isso tomar as medidas necessárias para que isto possa ser verificado, é sempre motivo de satisfação, independentemente das lutas políticas e por isso recordou os dois Vereadores que hoje já não fazem parte do Executivo, fazendo todo o sentido que sejam reconhecidos hoje nesta deliberação e que depois sejam também convidados para a inauguração.-----

--- O **senhor Presidente** declarou que todos os Vereadores e ex-Presidentes de Câmara são convidados para todos os eventos. O ex-Vereador Luís Farinha teve mais relevância neste projeto, porque com a sua sensibilidade de arquiteto, poderia ter conversas com o arquiteto Paulo Durão sobre alguns pormenores importantes no projeto.-----

--- Disse não concordar com a intervenção do senhor Vereador José Augusto, sublinhando que o desenho que foi encontrado é excecional e muito do agrado das pessoas que ali vão trabalhar. Também eles gostaram e perceberam a funcionalidade. Considerou que irá ser um espaço de referência nacional porque será um espaço muito bonito e visitado, esperando que possa correr da melhor maneira. Disse esperar que, conforme referido pelo senhor Vereador Rui Barreiro a empreitada seja executada por uma empresa que tenha capacidade e qualidade porque o projeto está muito bom. -----

--- Quanto à circulação automóvel e outras questões, disse que, quem conhece o PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, sabe que o Município tem fundos para a

requalificação do Largo do Município e do Largo Infante Santo, estando esta matéria em fase de estudo prévio. A requalificação do largo Infante Santo será muito importante porque é uma entrada para a Escola Prática de Cavalaria, local para a qual o Executivo tem muitos projetos daí fazer todo o sentido esta requalificação. Acrescentou que irão existir alguns espaços que serão depois colocados em hasta pública para ser explorados.

--- No que concerne à localização das bancas do peixe, o senhor Presidente deu de novo a palavra ao autor do projeto, arquiteto Paulo Durão, que prestou os esclarecimentos necessários. -----

--- O senhor **Vereador José Augusto** disse que a opinião que emitiu foi enquanto cliente. Noutra situação, o projeto está excelente. Recordou que enquanto foi Presidente da Junta de Freguesia de Amiais, as bancas de peixe que existiam nesse mercado, exalavam um intenso odor a peixe nada tendo a ver com a limpeza do espaço. Disse ainda, que, até pela experiência que teve, cada vez mais é difícil arranjar pessoas para esse tipo de negócio. Acrescentou que basta haver uma banca para o cheiro ali permanecer a “contaminar” todo o espaço, quando poderia estar resguardado numa loja.

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a contratação de empreitada de "Requalificação/Alteração do Mercado Municipal de Santarém" Projeto vinte-vinte mediante a adoção de um procedimento por concurso público, sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b) do artigo dezanove do Código dos Contratos Públicos. Mais foi deliberado, aprovar o caderno de encargos, concordar com a designação do Júri do procedimento e designar a trabalhadora Inês Pequeno, como gestora do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, em conformidade com o proposto na informação da Divisão de Obras e Projetos, atrás transcrita. -----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

--- Foi presente o ofício da **AS - Águas de Santarém, EM SA** de catorze do corrente, remetendo para conhecimento do Executivo Municipal, o Relatório de Acompanhamento do Revisor Oficial de Contas, referente à atividade da empresa no primeiro semestre de dois mil e dezoito, aprovado em reunião do Conselho de Administração. -----

ATA N.º 17  
Mandato 2017-2021  
Reunião de 31 de agosto de 2018

--- A Câmara tomou conhecimento e deliberou remeter o assunto para conhecimento da Assembleia Municipal de Santarém. -----

--- Sob proposta do senhor Presidente, a câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente ata a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** marcou as próximas reuniões do Executivo Municipal para os dias dezassete e vinte e quatro de setembro próximo, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe é conferida pelos números um e dois do artigo quarenta e nove, do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, declarou aberto o **“PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO”**, não se tendo verificado qualquer pedido de uso da palavra. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente, foi declarada encerrada a reunião eram dezassete horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser assinada. -----

--- E eu, \_\_\_\_\_ Coordenadora Técnica  
a redigi e subscrevi. -----

--- **O PRESIDENTE** -----

--- Ricardo Gonçalves \_\_\_\_\_

--- **OS VEREADORES** -----

--- Rui Barreiro \_\_\_\_\_

--- Nuno Serra \_\_\_\_\_

--- José Santos \_\_\_\_\_

--- Inês Barroso \_\_\_\_\_

--- Virgínia Esteves \_\_\_\_\_

--- Ricardo Rato \_\_\_\_\_

--- Cristina Casanova Martins \_\_\_\_\_

--- João Catela \_\_\_\_\_